

PROJETO ATUAÇÃO EM REDE: CAPACITAÇÃO DOS ATORES ENVOLVIDOS NO ACOLHIMENTO, NA INTEGRAÇÃO E NA INTERIORIZAÇÃO DE REFUGIADOS E MIGRANTES NO BRASIL

Encontro Nacional

RELATÓRIO

Brasília, DF

20 a 22 de novembro de 2019

Realização



Escola Superior do
Ministério Público da União



MPF
Ministério Público Federal



MPT
Ministério Público do Trabalho



OIM
ONU MIGRAÇÃO



unicef
para cada criança



Apoio



Relatório do Encontro Nacional do Projeto Atuação em rede

Relatoria, sistematização, edição e revisão: Isis Lima Soares, Mariana Manfredi e Mariana Moura | Entremeios - Articulação e Formação

Diagramação: Mariana Moura | Entremeios - Articulação e Formação

Ilustrações: Coletivo Entrelinhas

Imagens: Fabiane Curgel e Graziane Madureira | Escola Superior do Ministério Público da União

Este relatório é parte da **consultoria metodológica** realizada pela **Entremeios - Articulação e Formação** - Isis Lima Soares, Mariana Manfredi, Mariana Moura e **Solução Design Participativo** - Soraia Silva de Mello, elaborado com apoio do Instituto Migrações e Direitos Humanos e Fundação Avina.



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	04
PERFIL DOS PARTICIPANTES	05
PROGRAMAÇÃO E METODOLOGIA	07
DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	09
1. O PROJETO ATUAÇÃO EM REDE - ARTICULAÇÃO E APRENDIZADOS	09
1.1. APRESENTAÇÃO DO PROJETO E SEUS PRINCIPAIS RESULTADOS	09
1.2. RODA DE CONVERSA	12
2. DIÁLOGOS SOBRE O PACTO GLOBAL PARA REFUGIADOS: MECANISMOS DE GOVERNANÇA E DESAFIOS PARA O SEU CUMPRIMENTO	16
2.1. SÍNTESE DAS APRESENTAÇÕES	16
2.2. SÍNTESE DOS COMENTÁRIOS DOS DEBATEDORES	19
2.3. DEBATE	22
3. ATIVIDADE DE INTEGRAÇÃO ENTRE PARTICIPANTES, DE ACORDO COM PERFIL INSTITUCIONAL	23
4. PAINEL: TEMAS TRANSVERSAIS	24
TEMA: COMBATE À DISCRIMINAÇÃO, À INTOLERÂNCIA, AO RACISMO E À XENOFOBIA ...	24
TEMA: CRIANÇAS MIGRANTES	25
TEMA: INDÍGENAS MIGRANTES	27
TEMA: GÊNERO E DIVERSIDADE	30
5. GRUPOS TEMÁTICOS	32
6. GRUPOS POR PERFIL INSTITUCIONAL	33
7. GRUPOS DE TRABALHO - PARTE 1	34
8. INTERAÇÃO ENTRE GRUPOS DE TRABALHO	36
9. GRUPOS DE TRABALHO - PARTE 2	37
10. PLENÁRIA FINAL: PRINCIPAIS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
11. AVALIAÇÃO DOS PARTICIPANTES	50

INTRODUÇÃO

De 20 a 22 de novembro de 2019, em Brasília, estiveram reunidos representantes dos doze Estados que receberam as atividades do projeto *“Atuação em rede: capacitação dos atores envolvidos no acolhimento, na integração e na interiorização de refugiados e migrantes no Brasil”* para discutir e sistematizar os principais aprendizados e recomendações acumulados durante as etapas estaduais.

Realizado pela Rede de Capacitação a Refugiados e Migrantes com o apoio da Fundação Avina, o Encontro Nacional teve como objetivos:

- Compartilhar os principais resultados, aprendizados e desafios do Projeto Atuação em rede.
- Promover troca de experiências no campo da atenção à pessoa em situação de migração e refúgio.
- Construir estratégias de fortalecimento das redes de atenção a migrantes e refugiados.

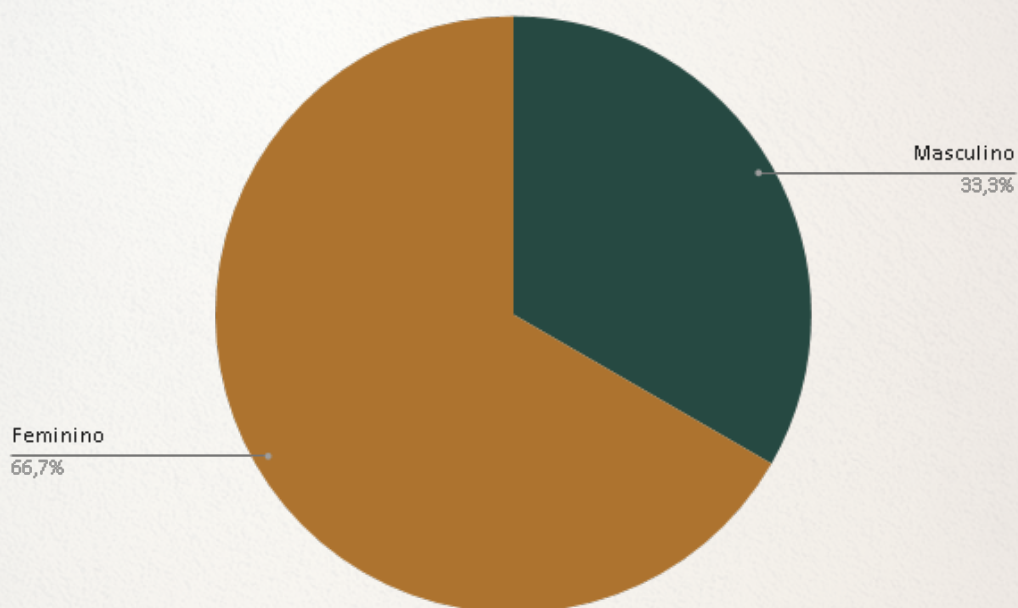
Boxes: Comentários dos participantes do Encontro Nacional, em formulário anônimo de avaliação do evento.

PERFIL DOS PARTICIPANTES

O encontro reuniu 93 pessoas, de sete países diferentes: Angola, Brasil, Canadá, Haiti, Mali, Nicarágua e Venezuela. A partir das inscrições foi possível identificar o seguinte perfil:

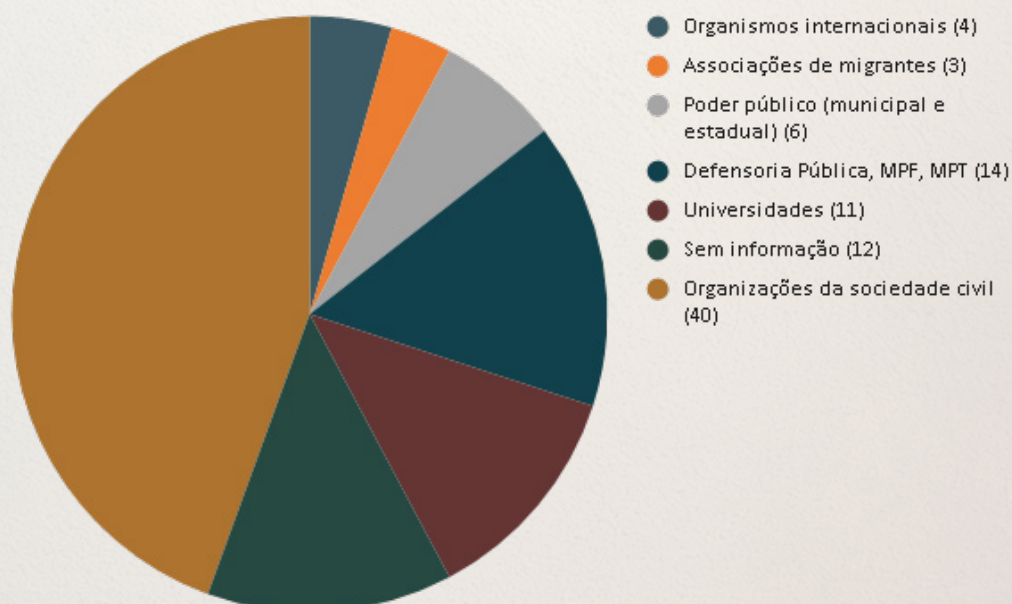
Gênero

"[Que bom que] Conhecer diferentes pessoas e atores atuantes na causa".



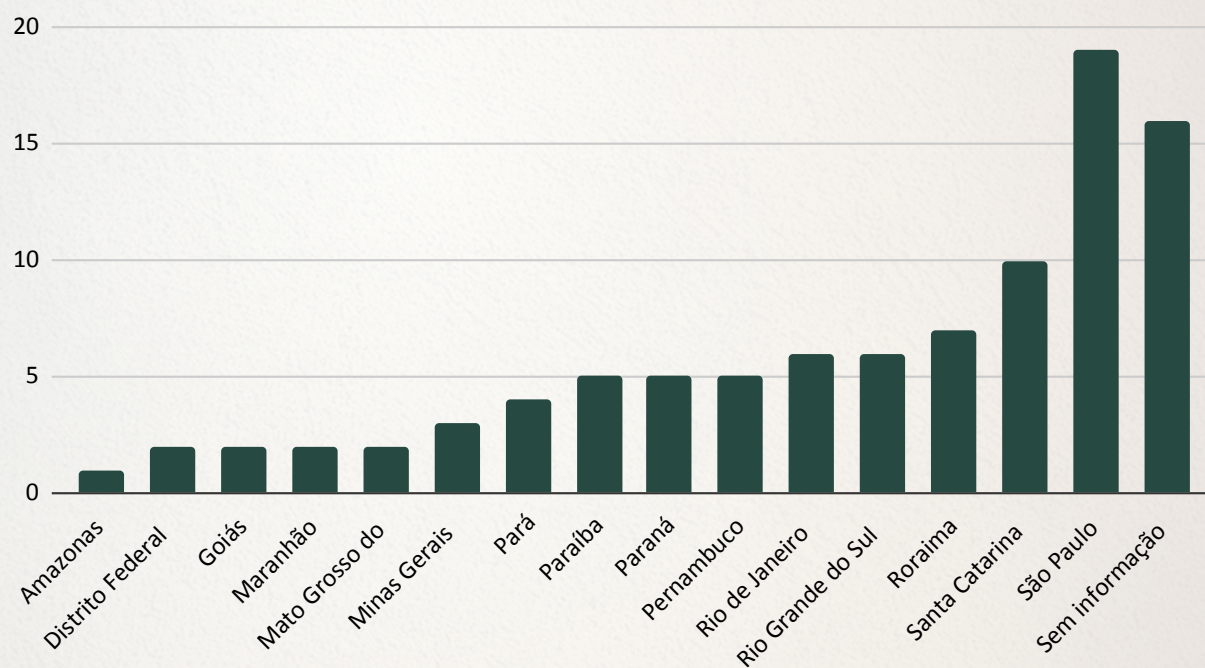
Perfil institucional

"[Que bom que] diversidade dos participantes e a participação de migrantes".



Estados de origem dos participantes

"[Que bom que] Conseguimos conhecer pessoas incríveis e trabalhos maravilhosos desenvolvidos em vários cantos do país. Também temos os mesmos obstáculos enfrentados em diferentes locais, bem como algumas soluções pontuais que podem e devem ser ampliadas"



PROGRAMAÇÃO E METODOLOGIA



Grupos de trabalho por região

"[Que bom que] O processo metodológico foi inspirador".

A programação do Encontro Nacional foi concebida a partir de um amplo processo de escuta do momento atualmente vivido pelas diferentes redes locais de atenção a migrantes e refugiados, e também da sistematização das discussões realizadas nos encontros nos Estados.

Sua estruturação buscou assegurar três dimensões:

- **Conhecer:** momento para que participantes conhecessem uns aos outros, bem como entrassem em contato com os principais resultados do projeto.
- **Analisar:** momento dedicado à análise das sistematizações produzidas após 18 meses de trabalho, e também auto-análise do trabalho desempenhado por elas em suas instituições.
- **Planejar / compartilhar:** momento dedicado à produção de ações em comum, com foco no fortalecimento das redes de atenção a migrantes e refugiados.

O desenho metodológico do Encontro Nacional privilegiou momentos dialógicos em diferentes formatos, voltados ao adensamento conceitual e à construção de estratégias coletivas para o enfrentamento dos desafios no acolhimento, na integração e na interiorização de refugiados e migrantes no Brasil.

Apresentamos, a seguir, a programação dos três dias de trabalho:

20 de novembro

1. O Projeto Atuação em rede – articulação e aprendizados.
2. Diálogos sobre o Pacto Global para Refugiados - mecanismos de governança e desafios para o seu cumprimento.
3. Atividade de integração entre participantes, de acordo com perfil institucional.

21 de novembro

4. Paineis: temas transversais.
5. Grupos temáticos: principais discussões e análise sobre as temáticas tratadas no âmbito do Projeto.
6. Compartilhamento e discussão sobre necessidades e demandas, de acordo com perfil institucional.
7. Grupos de trabalho: construção de estratégias de fortalecimento das redes.

22 de novembro

8. Interação entre grupos de trabalho: comentários e aprimoramentos.
9. Grupos de trabalho: consolidação das estratégias, a partir das considerações colhidas no dia anterior.
10. Plenária final: conclusões e recomendações.

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES



Abertura do encontro

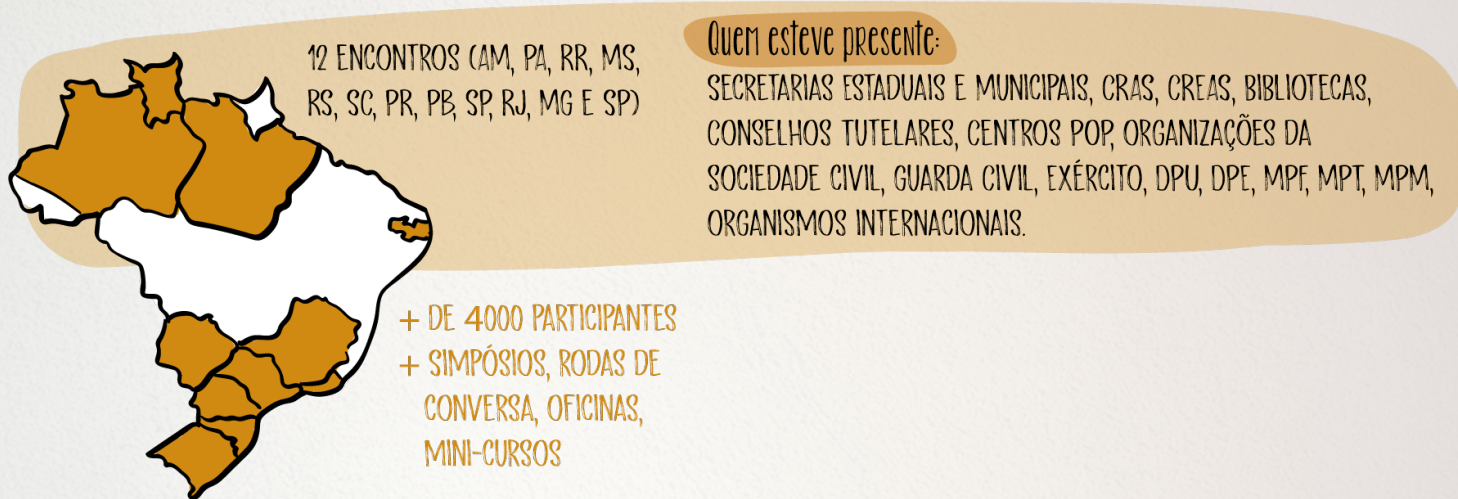
1. O PROJETO ATUAÇÃO EM REDE – ARTICULAÇÃO E APRENDIZADOS

1.1. APRESENTAÇÃO DO PROJETO E SEUS PRINCIPAIS RESULTADOS

O diretor da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) e membro da Rede de Capacitação a Refugiados e Migrantes, João Akira Omoto, saudou os participantes e contou que o Projeto Atuação em rede foi a maior e mais longa atividade de extensão que a Escola desenvolveu, em seus 20 anos de história. Destacou, ainda, que os desafios de execução foram enormes, mas que os resultados alcançados fazem com que o clima para este Encontro Nacional seja de confraternização e celebração. Agradeceu a todas as instituições da Rede de Capacitação, as redes locais e a sociedade civil, pelo envolvimento ao longo dos últimos 18 meses, e à Fundação Avina, por ter viabilizado que esta atividade de fechamento acontecesse.

João Akira afirmou que *“inaugurar esse evento no Dia da Consciência Negra, num país marcado por racismo estrutural e xenofobia, é simbólico e essencial”*. E acrescentou: *“a nós, participantes deste evento cabe, agora, pensar o que queremos em atenção a migrantes e refugiados e que caminhos podemos trilhar juntos em uma rede nacional, fortalecendo, integrando e com soluções práticas”*.

Na sequência, apresentou os principais dados sobre o projeto:



Detalhe do painel de facilitação gráfica realizado para o Encontro

Após 18 meses de trabalho, houve a necessidade de reunir esse conjunto de informações e fazer uma publicação final, que organize e apresente os principais acúmulos do projeto. Esta publicação, intitulada de **"Percursos, Percalços e Perspectivas: a jornada do Projeto Atuação em rede"**, tem previsão de lançamento para janeiro de 2020, e será composta por dados das principais fontes sobre migração no Brasil e no mundo, artigos dos membros da Rede de Capacitação e uma sistematização das recomendações acumuladas a partir das doze etapas estaduais e do encontro Ibero-Americano, reunidos em torno de quatro eixos: marco legal e governança, acesso a direitos, inserção laboral e integração.

Em relação às temáticas abordadas durante o projeto, identifica-se que há uma categoria transversal que exige um olhar especial em toda e qualquer situação que diga respeito à temática da migração e do refúgio. Trata-se de grupos de atenção prioritária, sujeitos de direitos, que vivem situação de extrema vulnerabilidade: mulheres, crianças, idosos, pessoas com deficiência, indígenas e LGBTI. Tais categorias serão melhor abordadas durante o decorrer do evento.

Segue, abaixo, os principais destaques referentes aos quatro eixos, reunidos a partir de um olhar transversal dos relatórios produzidos sobre os eventos de capacitação:

Marco legal e governança

1. Pluralidade de atores, ideias e instituições na articulação e debate dos temas, para construção das bases das políticas públicas, com participação de migrantes.
2. Processo nacional histórico utilitarista, discriminatório e xenofóbico e seus impactos nos dias de hoje.
3. Avanços e desafios da nova Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017) - migrante como sujeito de direitos e o fenômeno migratório como direito humano - necessidade de incorporação dos conceitos.
4. Política migratória nacional marcada por fragmentação horizontal, ao ser elaborada por distintos órgãos em diferentes áreas de competência, e por fragmentação vertical, devido à desconexão das políticas no âmbito federal com as políticas locais.

5. Gestão migratória em nível local - articulação das ações dos diversos atores locais e das estratégias de enfrentamento dos desafios e potencialização de oportunidades em cada território.

6. Preocupação com a falta de representatividade de migrantes nas instâncias de formulação de políticas migratórias.

Acesso a direitos

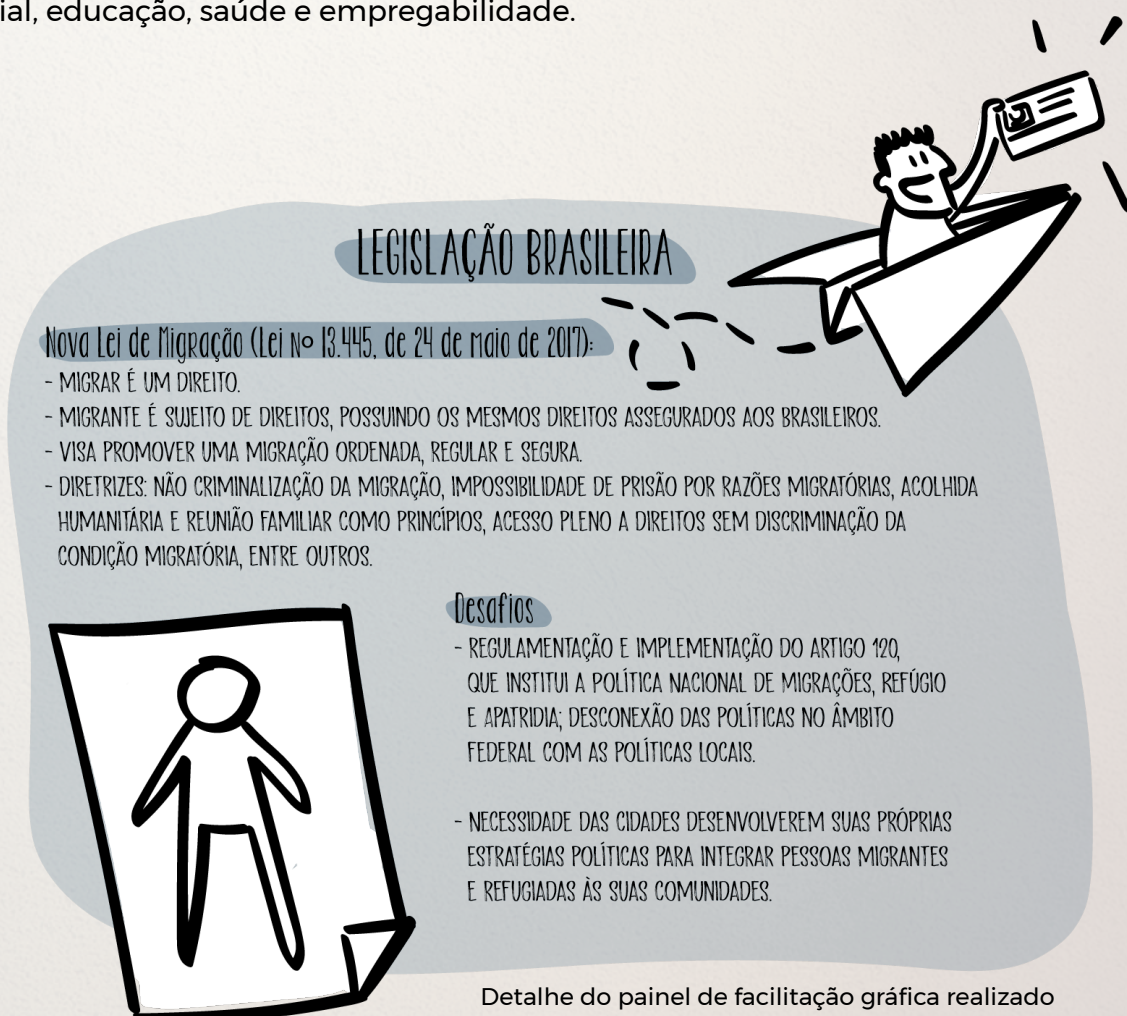
1. Demanda quanto a regularização documental e acesso a direitos básicos - dignidade da pessoa migrante e integração na sociedade.

2. Barreiras linguísticas são impedimento à prestação eficiente dos serviços socioassistenciais em todos os níveis de proteção e da atenção psicossocial a migrantes e refugiados.

3. Papel fundamental das organizações da sociedade civil - com destaque para organizações religiosas e universidades.

4. Apoio de organismos internacionais e fragilidade das políticas públicas.

5. A concretização dos direitos de refugiados e migrantes depende de políticas eficientes de inclusão social, educação, saúde e empregabilidade.



Inserção laboral

1. Dificuldades de obtenção de documentação para a entrada no mercado de trabalho e precarização nas relações de trabalho.
2. Trabalho decente com remuneração adequada garante dignidade, fortalecimento e integração das pessoas migrantes na sociedade.
3. Inexistência de articulação entre políticas públicas de emprego, proteção ao migrante e combate ao trabalho análogo ao de escravo.
4. Maior vulnerabilidade do migrante na ausência de pleno acesso a direitos e de políticas públicas - escravidão contemporânea e tráfico de pessoas.
5. Compreensão de que o efetivo combate ao tráfico de pessoas depende de uma abordagem ampla do fenômeno que permita a identificação e eliminação de contextos de vulnerabilidade através da adoção de políticas públicas que fortaleçam direitos e empoderem as pessoas inseridas nesses cenários.

Integração

1. Integração comunitária exige esforço coletivo, para viabilizar o acesso à informação, ao trabalho, à moradia, à educação, à alimentação, a revalidação de diplomas, cursos profissionalizantes e cursos de português. Também inclui ações de combate à xenofobia.
2. Ações de acolhimento pautadas por perspectiva emergencial - gestão de crises.
3. Importância da atenção à saúde mental, uma vez que no processo migratório as pessoas enfrentam o estresse, a insegurança, o medo; a ruptura de laços familiares e sociais; a ruptura biográfica; o luto cultural; a perda das referências culturais, simbólicas, materiais e a desterritorialização.
4. Desafios para lidar com saúde mental de migrantes e refugiados: acessibilidade aos serviços de saúde; barreiras culturais; barreiras linguísticas de comunicação, determinantes sociais e culturais; barreiras atitudinais – estigma e discriminação (profissional, auto-estigma).

1.2. RODA DE CONVERSA

"[Que bom que] Grande quantidade de informações, boa sistematização de ideias, boa organização do evento".

A Roda de Conversa reuniu os parceiros da Rede de Capacitação a Refugiados e Migrantes para que pudessem avaliar o esforço empreendido em todas as edições realizadas.



Roda de conversa "Projeto Atuação em rede – articulação e aprendizados"

Organizada em três blocos, a atividade pretendeu:

- Identificar potências e desafios do Projeto Atuação em rede.
- Conhecer a percepção dos participantes acerca do processo de mobilização de redes nos estados que sediaram os encontros.
- Mapear expectativas para o Encontro Nacional.

Participaram da atividade:

- João Akira Omoto, mediador da Roda de Conversa, Representante da Rede de Capacitação a Refugiados e Migrantes, diretor-geral da Escola Superior do Ministério Público da União.
- Merlina Saudade, migrante venezuelana, psicóloga e membro da rede de atenção a migrantes e refugiados de Santa Catarina.
- Junel Ilora, migrante haitiano, professor e Presidente da Associação dos Haitianos de Mato Grosso do Sul.
- Jennifer Anyuli, migrante colombiana, coordenadora de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente na Prefeitura de SP.
- Cyntia Sampaio, da Organização Internacional do Trabalho (OIT).
- Andréa Gondim, do Ministério Público do Trabalho (MPT).
- Gustavo Zortea, da Defensoria Pública da União (DPU).
- Camila Asano, da Conectas Direitos Humanos.
- Fabiano de Moraes, da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC).
- Juliana Tubini, do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR).
- Marcelo Torelly, da Organização Internacional para as Migrações (OIM).

Principais aspectos apresentados pelos participantes da roda de conversa

Cyntia Sampaio, consultora do Projeto desde o início, afirma que o Atuação em rede *“é a melhor coisa que aconteceu desde a aprovação da nova Lei de Migração”*. Ela ainda agradeceu a todos os migrantes por *“aportarem sua riqueza, sua cultura e seu conhecimento no Brasil, nos desafiando a melhorar nossos processos de acolhida e integração”*.

Gustavo Zortea, da Defensoria Pública da União, quando perguntado sobre o que reconhece como ponto forte do Projeto Atuação em rede, destaca o fato dos encontros terem assegurado espaço para manifestação de migrantes e refugiados: *“Abrimos um espaço essencial para ouvir essas pessoas e seus anseios. Com isso, estamos suprindo um déficit de representação de migrantes na formulação de políticas públicas. Agora, precisamos pensar em uma forma de se constituir um fórum permanente para manutenção dessa rede, que foi estimulada no Brasil inteiro”*.

Fabiano de Moraes, da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, afirma que o projeto foi fundamental para que se entenda a migração sob a perspectiva de direitos humanos, superando a visão antiga da segurança nacional. Disse, ainda, que ao percorrer o Brasil com os encontros, o Projeto encontrou redes locais articuladas, e outras nem tanto: *“Em alguns Estados era uma sementinha que o encontro plantava, em outros o encontro foi adubo para o trabalho que já estava sendo realizado”*.

Junel Ilora, migrante haitiano e Presidente da Associação dos Haitianos de Mato Grosso do Sul, destaca que a realização do Simpósio e das demais atividades formativas no estado colaborou na identificação de parceiros, e também trouxe conteúdos importantes no que tange à nova Lei de Migração.

Merlina Saudade, migrante venezuelana que atua na rede de atenção em Santa Catarina, afirma que o encontro serviu para as pessoas da rede se encontrarem, mas que o engajamento local ainda necessita de ações mais concretas - o fechamento do CRAI (Centro de Referência de Atendimento ao Imigrante) de Florianópolis, realizado na sequência do encontro, corroborou com um processo de desmobilização dos atores locais.

Andrea Gondim, do Ministério Público do Trabalho, destaca que as pessoas em situação de migração escolheram o Brasil para recomeçar e não apenas subsistir por meio de prestações assistenciais do Estado: *“Elas querem ser acolhidas, integrar e participar da comunidade. E o acesso ao trabalho é um direito que deve ser garantido, pois o trabalho constrói a narrativa de vida. Nesse contexto, ao longo das oficinas laborais que ministramos, buscamos levar a perspectiva de que o trabalho decente é um direito de todos e todas”*.

Letícia Carvalho, da Missão Paz, quando perguntada sobre o fenômeno da participação de mulheres em todos os encontros - e também nas redes locais, retoma Chimamanda Adichie, em O perigo da história única, quando diz que *“os estereótipos são incompletos,*

e é o olhar da mulher que tem trazido uma visão mais completa por esse processo de movimentação humana”.

Jennifer Anyuli, migrante colombiana e coordenadora da pasta de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente na Prefeitura de São Paulo, contou que um dos desdobramentos positivos da edição em São Paulo foi o da temática de gênero. *“Na oficina realizada, um coletivo de mulheres trouxe a questão da orientação sexual para o debate de gênero, o que mostra que este assunto perpassa a questão da mulher”.*

Para Camila Asano, da Conectas Direitos Humanos, além de promover capacitações, o projeto formou uma rede de apoio e de afeto, e observou: *“entretanto, gostaria muito que a rede virasse uma rede de mobilização, pois, no atual cenário político, os poucos ganhos estão em constante risco e podemos perder o pouco que conquistamos”.*

A representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, Juliana Tubini acrescentou que o envolvimento de diferentes atores em troca de experiências, desafios e boas práticas foi um dos grandes feitos: *“Esse foi um projeto ousado. Ainda que tenha sido motivado por um fluxo de venezuelanos, pudemos ver os resultados que podem ser replicados nos próximos fluxos”.* Essa também é a avaliação de Marcelo Torelly, da Organização Internacional para as Migrações. Segundo ele, o Projeto Atuação em rede trouxe oportunidades e perspectivas de novas abordagens.

2. DIÁLOGOS SOBRE O PACTO GLOBAL PARA REFUGIADOS: MECANISMOS DE GOVERNANÇA E DESAFIOS PARA O SEU CUMPRIMENTO



Diálogos sobre o Pacto Global para Refugiados

A atividade aconteceu no auditório, com todos os participantes. Seu formato previu uma apresentação do Pacto Global, seguida de comentários dos debatedores e participação da plateia.

Palestrante: Federico Martinez, representante do ACNUR.

Debatedores:

- Felipe Gomes da Silva Vasconcellos, advogado responsável pelo setor de proteção do Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH) e professor substituto da Universidade de Brasília (UnB).
- Paola Gersztein, advogada e integrante da Rede Acadêmica Latino-americana sobre Direito e Integração das Pessoas Refugiadas (RALDIR).

Mediação: Rogenir Almeida Santos Costa, coordenadora programática na Fundação Avina para as agendas de Migração e Inovação Política, no Brasil.

2.1. SÍNTESE DAS APRESENTAÇÕES

O palestrante agradeceu o convite e parabenizou a Rede de Capacitação e o público presente pelo trabalho realizado. Segundo ele, o processo que se conclui neste evento está bastante relacionado ao que chama de “*coração do Pacto Global*”, ou seja, a compreensão de que todos temos responsabilidade para proteger e melhorar a vida de refugiados.

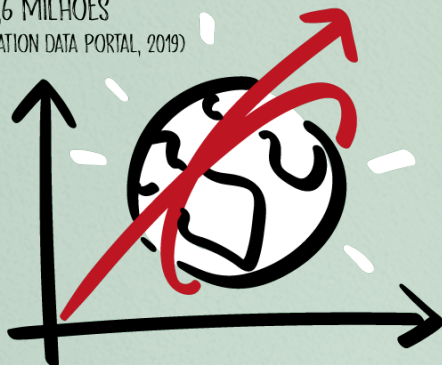
DADOS MUNDIAIS

VIVEMOS UM DOS MAIORES FLUXOS MIGRATÓRIOS DA HISTÓRIA.

1990 - 15,3 MILHÕES DE MIGRANTES NO MUNDO

2019 - 271,6 MILHÕES

(FONTE: MIGRATION DATA PORTAL, 2019)



ATUALMENTE 70,8 MILHÕES SOFREM DESLOCAMENTOS FORÇADOS, DOS QUAIS 25,9 MILHÕES SOLICITAM REFÚGIO EM DIFERENTES

PAÍSES (FONTE: UNHCR, 2019).



Detalhe do painel de facilitação gráfica realizado para o Encontro

De acordo com Federico, vivemos um momento histórico em relação à matéria de refúgio. Talvez seja o momento mais importante, na história recente, em que a comunidade internacional tem manifestado compromisso e interesse na questão da proteção de refugiados. Destaca, ainda, que muito do que será tratado nesta palestra precisa ser colocado em uma perspectiva histórica e geográfica. Acrescenta: “em comparação com outras realidades de outros países, o Brasil tem experiências muito positivas no tema, ainda que os desafios existam e sejam grandes”. A sociedade civil, os atores locais em geral, têm papel fundamental em termos de promoção de uma vida digna a refugiados.

Diz, ainda, que o Pacto Global está baseado na distinção entre os seguintes termos: existe atualmente um Pacto Global sobre Refugiados e um Pacto Global sobre Migração ordenada, regular e segura. Toda a arquitetura do direito internacional sobre a proteção de refugiados, incluindo a Convenção de 1951, prevê o direito de solicitar e receber asilo a pessoas perseguidas: *“Quando as pessoas não têm a proteção em seu próprio país, elas têm direito a sair e receber proteção em outro. Reconhecemos e afirmamos que medidas como fechamento de fronteira não são um caminho, e que faz-se necessário esforços adicionais para conseguir soluções duradouras”*.

Federico afirma que a ideia central do documento é que nenhum país que acolhe refugiados em grande escala deve ficar sozinho, pois a proteção de refugiados é uma responsabilidade de toda a comunidade internacional. É necessário, portanto, materializar a solidariedade internacional e o compartilhamento da responsabilidade de forma justa e equitativa.

O Pacto Global sobre Refugiados foi adotado há quase um ano, após ser referendado na Assembleia Geral das Nações Unidas, e consiste em:

- Um Marco Compreensivo de Resposta a Fluxo de Refugiados (CRRF), conforme adotado na Declaração de Nova York de 2016 (composto de princípios e padrões que procuram ordenar e regularizar a resposta a fluxos massivos de refugiados).
- Um Programa de Ação para fortalecer a implementação de respostas abrangentes para refugiados (arranjos, ferramentas e áreas que precisam de apoio).

O documento trata de compromissos entre os países, mas reconhece que é necessário um envolvimento amplo de diferentes atores sociais. Para compreender sua dimensão, é necessário entender o momento histórico que vivemos: trata-se do período com maior número de pessoas refugiadas na história do século 20. Destes, quase 60% são acolhidos por apenas 10 países, e 85% moram em países de renda média ou baixa. Os países doadores, que contribuem com o trabalho das Nações Unidas, são os mesmos 10, que financiam 90% dos recursos do próprio ACNUR. Há necessidade de ampliar e distribuir as responsabilidades de melhor forma, de modo que não fiquem países com poucos recursos recebendo a maioria dos refugiados.

O Pacto busca garantir que, quando a pessoa sofre perigos de perseguição associados a guerras e conflitos armados, tenha acesso a outro território, com garantia de que não será devolvida ao seu país de origem. *“Faz-se necessário que seja garantida permanência, acesso a documentos e inserção na vida econômica, política e social, de forma digna. O que não se pode é deixar que a questão fique apenas em respostas emergenciais”* - e isso relaciona-se diretamente com o trabalho liderado pelo Projeto Atuação em rede, em termos de desenvolvimento de políticas públicas.

São quatro os objetivos principais do documento, todos interligados e interdependentes:

- Diminuir a pressão sobre países receptores, através de diferentes formas de apoio: cooperação financeira, técnica, apoio político, entre outros.
- Aumentar a auto-suficiência de refugiados, através de ações que cuidam das comunidades de refugiados e também das comunidades de acolhida.
- Expandir acesso a soluções em países terceiros, na perspectiva de identificar como países da comunidade internacional podem apoiar os demais.
- Apoiar países de origem para o retorno seguro e digno, em caso de desejo de retorno voluntário.

Federico segue sua explanação, agora dizendo como ele entende que o Pacto dialoga com o Brasil, especificamente com o Encontro Nacional do Projeto Atuação em rede: a pauta do refúgio exige envolvimento de todos os governos, em suas esferas executiva, legislativa e judiciária, em suas diferentes instâncias. Há necessidade de engajamento de toda a sociedade, desde as universidades até o setor privado, além do reconhecimento do próprio refugiado como sujeito ativo na sociedade. Isso é atuar em rede, e é isso que precisa ser fortalecido e estimulado.

O palestrante apresenta, ainda, aspectos que o Pacto Global identifica que precisa de apoio da comunidade internacional:

- Recepção e admissão (preparação, segurança, registro e documentação, necessidades específicas, identificação de necessidades de proteção internacional).

- Atendimento às necessidades e apoiando comunidades (educação, trabalho e meios de vida, saúde, mulheres e meninas, jovens, coexistência pacífica, energia, segurança alimentar etc.).
- Soluções (repatriação voluntária, reassentamento, meios complementares, integração local, outras soluções locais).

Outro aspecto que relaciona-se com governança do Pacto Global, e que deve ser destacado, é a realização do Fórum Global, que acontecerá pela primeira vez em Genebra, na Suíça, nos dias 17 e 18 de dezembro de 2019. Em um mês os Estados, incluindo o Brasil, estarão reunidos para falar sobre a realidade que estão enfrentando, mas também para apresentar compromissos específicos que assumem internamente, e apoio que oferecem a outros países: será momento de compartilharem boas práticas e apresentarem prestação de contas sobre como os mecanismos estão sendo cumpridos.

2.2. SÍNTESE DOS COMENTÁRIOS DOS DEBATEDORES



Diálogos sobre o Pacto Global para Refugiados

Paola Gersztein, advogada e integrante da RALDIR.

A debatedora inicia fazendo uma comparação entre o Pacto Global e a Declaração do Brasil de 2014¹. Segundo ela, ambos estão focados na proteção, mas enquanto os documentos que compõem a Declaração estão baseados na solidariedade, o Pacto enfatiza apoio de caráter institucional, sobretudo porque se refere a compromissos direcionados aos Estados.

Paola afirma que a importância disso é porque 85% das pessoas refugiadas no mundo estão em países com renda média ou baixa, e os países de acolhida precisam

¹ <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2014/9866.pdf>

desenvolver uma resposta adequada, para que sua infra-estrutura atenda não apenas a recepção, mas a garantia e efetivação dos direitos das pessoas que chegam.

O Pacto Global é um marco de ação para todos os atores envolvidos na temática migratória e de refúgio. Sua ênfase não está apenas no reconhecimento das pessoas como refugiadas, mas principalmente para que desenvolvam condições para prosperar naquele país e, quando for o caso, possam retornar aos seus países de origem de forma segura.

Para uma verdadeira integração, de acordo com a debatedora, existe um trabalho que deve ser feito que não é apenas institucional, no sentido do desenho do fluxo, mas que leve em conta os afetos. *“Quais são os afetos que mais nos afetam na temática da migração? Entendo que são dois, principalmente: o discurso do medo, que sempre permeia a temática da migração, e a resiliência”*. Ela relata que, enquanto professora universitária, compreendia o acolhimento como um direito, quase uma obrigação, mas que à medida que passou a atuar diretamente na área, sobretudo a partir de sua ida a Roraima, percebeu que a esta análise faltava empatia com as próprias comunidades de acolhida. Citando Hannah Arendt, que diz que *“a conduta moral não é algo que acontece naturalmente”*, ela passou a entender a necessidade de olhar para os afetos do medo e da resiliência. Paola passa a compreender, então, a resiliência como uma resposta ao medo, um afeto que permeia de forma tão forte a temática migratória. Destaca, neste aspecto, o que diz o Pacto Global, ao tratar especificamente da resiliência da comunidade de acolhida, no artigo 64: *“A boa gestão de uma situação de refugiados depende da resiliência da comunidade de acolhida”*.

Ainda que o Pacto Global enfatize o caráter institucional da proteção e da acolhida, a construção da resiliência é algo orgânico, que faz parte de espaços como este. Precisamos, segundo a debatedora, de espaços de articulação, escuta, construção e manutenção do marco legal em relação a migração e refúgio. Finaliza citando Baruch Espinoza, ao dizer que *“bons encontros são os que proporcionam bons afetos, e bons afetos são aqueles que aumentam nosso conatus, nosso esforço de perseverar na existência”*. Todos os encontros, como este e os demais produzidos pelo projeto, devem seguir porque eles são a oportunidade oferecer e ampliar a nossa própria resiliência.

Felipe Gomes da Silva Vasconcellos, advogado responsável pelo setor de proteção do IMDH e professor substituto da UnB.

O debatedor fala em nome e a pedido da Irmã Rosita, do IMDH, que por uma condição médica não pode estar presente no encontro. Traz um agradecimento a todos que estiveram envolvidos no projeto, sobretudo migrantes e refugiados, que tanto colaboram com a construção de melhores cenários no país.



Diálogos sobre o Pacto Global para Refugiados

Felipe destaca, em relação ao Pacto Global, a questão da responsabilidade: o documento trata de carga, ônus, divisão de responsabilidade, mas não no sentido de que a migração seja um peso, mas na compreensão de que a migração é uma responsabilidade. Segundo ele, *“não basta tratar a questão como um direito, é preciso entender como um dever dos atores na implementação de políticas ativas para conseguir conferir dignidade a vida dessas pessoas”*.

Outro aspecto destacado diz respeito à questão do racismo como algo que permeia estruturas e relações sociais, principalmente no Brasil, e do quanto isso afeta tanto a integração quanto o acesso a direitos. Não é possível, de acordo com ele, fazer uma análise sobre a questão da migração, sem analisar a questão racial.

Ele retoma uma notícia que saiu na mídia a respeito de uma pesquisa etnográfica em que um refugiado cita a diferença no tratamento entre refugiados no país: *“Aqui no Brasil a gente tem refugiado branco e refugiado negro. Todo mundo prefere refugiado sírio. A Síria tá em guerra há 6 anos. O Congo tá em guerra há 20. O sírio vai ser comerciante, dono de restaurante. O africano e haitiano vai ser garçom, pedreiro, isso se conseguir trabalhar. Na ocupação você não encontra sírio, mas encontra congolês, haitiano, nigeriano. Quem vai morar na rua é africano, haitiano. Então tem refúgio branco e refúgio negro no Brasil. É por isso que ninguém sabe o que acontece no Congo”*.

É, portanto, necessário pensar, a partir do Pacto Global, como lidar com esta questão, uma vez que o documento não trata especificamente sobre isso - este tema está encaminhado para discussões de desenvolvimento sub-regional. *“Uma vez que todos somos responsáveis pela construção e execução do Pacto no Brasil, precisamos pensar fundamentalmente sobre a perspectiva de raça, gênero e classe”*.

Outro aspecto importante diz respeito ao financiamento: o Pacto Global diz de captação de recursos, financiamento e vinculação com outras agências internacionais. Há atualmente uma linha de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que prevê dois bilhões de dólares para os dez países de mais baixa renda, para apoiar em caso de fluxos de refugiados de larga escala. Na

perspectiva de Felipe, a questão que se destaca é a relação entre a preocupação do Pacto com políticas públicas ativas de emprego, trabalho e renda quando trata do trabalho decente, em contraposição com a postura do próprio BID, que muitas vezes se vincula com orientações de uma desregulamentação do mercado de trabalho, que implica em aumento do desemprego e da informalidade, que por sua vez ataca as camadas mais pobres da população, em especial a população negra. No seu entendimento, o ACNUR teria condições de desenvolver, junto ao BID, uma forma de conectar a perspectiva de política pública ativa de emprego, trabalho e renda com este caminho de financiamento.

2.3. DEBATE

As questões trazidas durante o debate tratam, primordialmente:

- Do quanto atuar em rede fortalece a própria rede de atenção.
- Do fato de que migrantes com bom acesso a recursos financeiros vivem obstáculos muito menores quanto à integração em relação àqueles que não o têm. Há necessidade de se discutir se a perseguição a migrantes é realizada indiscriminadamente, ou se o foco está restrito a migrantes negros(as), indígenas e pobres.
- Da necessidade de se compreender que é necessário um processo educativo com migrantes, quando chegam ao Brasil, em relação a seus direitos e deveres.
- Do fato de que, até o momento, parte da sociedade civil tem visto que a resposta dada aos refugiados tem sido baseada em um resposta securitária, que na maior parte das vezes confina, segrega e busca controle sobre seus corpos.
- Da percepção de que, após um ano de existência do Pacto, poucas são as mudanças perceptíveis em relação ao panorama sobre o tema.
- Da necessidade de haver mecanismos de fortalecimento de migrantes e seus coletivos, para além de estratégias de apoio à obtenção de documentação.
- Dos desafios do real acolhimento à população migrante, em especial por confrontar valores e preconceitos do país receptor.
- Dos desafios da população migrante e refugiada acessarem o sistema de saúde.

3. ATIVIDADE DE INTEGRAÇÃO ENTRE PARTICIPANTES, DE ACORDO COM PERFIL INSTITUCIONAL



Atividade de integração por perfil institucional

A partir da lista de inscritos no Encontro, identificou-se três perfis de participantes: representantes de universidades, do poder público, em suas diferentes esferas, e da sociedade civil.

"[Que bom que] pode-se compartilhar das experiências vividas no atendimento de migrantes em realidades e momentos distintos, de acordo com o perfil institucional e geograficamente."

A atividade propôs que, reunidos em grupos organizados por perfil institucional, os participantes se conhecessem e compartilhassem experiências e percepções sobre os principais desafios que encontram em seus locais de atuação.

A dinâmica aconteceu em subgrupos de até 5 pessoas, sem mediação externa, e as conversas foram pautadas por perguntas abertas, entregues em envelopes pela coordenação da atividade. São elas:

- Quem está aqui?
- Qual é o seu trabalho?
- Conte uma boa experiência.
- Quais os principais desafios que enfrentam ao trabalhar com migração e refúgio?

4. PAINEL: TEMAS TRANSVERSAIS

Conforme apontado anteriormente, ao longo da realização do Projeto identificou-se uma categoria transversal, que exige um olhar especial em toda e qualquer situação que diga respeito à temática da migração e do refúgio. Estes grupos de atenção prioritária, reconhecidamente sujeitos de direitos, que vivem situação de extrema vulnerabilidade, foram tema desta atividade, que pretendeu construir um cenário comum entre os participantes, de modo a colaborar com as discussões que aconteceriam na sequência.

A seguir, uma breve descrição das principais questões tratadas pelos painelistas.

Tema: Combate à discriminação, à intolerância, ao racismo e à xenofobia



Painelista: Camila Asano | Conectas Direitos Humanos.

Conceito utilizado para compreensão deste grupo como sendo de atenção prioritária:

Discriminação, xenofobia, racismo e intolerância são graves violações de direitos humanos que devem ser denunciadas e combatidas. Se referir a elas pelo nome correto colabora no processo de conferir gravidade à questão.

No caso do Brasil, tratar de xenofobia é reconhecer que há uma camada profunda de racismo, que se manifesta através de diferentes formas de violência física, verbal e psicológica.

Discriminação, por sua vez, consiste em exclusão e tratamento diferenciado, considerando pessoas em diferentes categorias, sendo algumas superiores a outras.

Principais dados sobre o tema em relação a migração:

A dificuldade em apresentar dados referentes à essa temática se deve ao fato da subnotificação, uma vez que há, de certo modo, uma naturalização do racismo e da xenofobia no Brasil. Camila destaca que a xenofobia não acontece porque as pessoas são más, mas porque temos, enquanto sociedade, uma lógica de funcionamento das instituições do poder público que cria contexto e condições para desenvolvimento da xenofobia. Isso se dá:

- por omissão: no caso dos venezuelanos, por exemplo, o Governo Federal se envolveu após muito tempo do início do fluxo, quando a situação em Roraima já estava muito séria, inclusive com aumento considerável da população em situação de rua. O impacto disso na população é forte.

- quando representantes do poder público (senadores, deputados, presidente) fazem declarações de cunho xenófobo ou assinam e promulgam atos irresponsáveis, tais como a Portaria 666 do Ministério da Justiça (que busca alterar uma Lei via Portaria, o que configura um desrespeito à própria forma da Lei).
- quando cria-se, por ato administrativo, um ambiente favorável à tensão social - à exemplo da Prefeitura de Boa Vista, quando passa a exigir apresentação de passaporte regular para que uma pessoa migrante tenha acesso ao SUS.

Questões fundamentais para compreensão do tema quando se discute migração e refúgio:

Somos um país racista e, com o atual governo, há tendência de aumento do rechaço ao migrante pobre e às pessoas negras. Por esse motivo, é fundamental não naturalizar os casos, encaminhar denúncias, aproveitar o acesso a representantes da Defensoria Pública da União e do Ministério Público para colaborar no encaminhamento de denúncias. Também é fundamental ativar as redes de mobilização para atuar nas diferentes instâncias, sobretudo para impedir que pautas que alterem a Lei de Migração, através de diferentes dispositivos, passem no Congresso, tornando ainda mais difícil a consolidação de estratégias de combate à xenofobia.

Tema: Crianças migrantes



Painelista: João Chaves | Defensoria Pública da União.

Conceito utilizado para compreensão deste grupo como sendo de atenção prioritária:

Segundo a Convenção dos Direitos da Criança (1989), considera-se criança “*todo ser humano com menos de 18 anos de idade, salvo quando, em conformidade com a lei aplicável à criança, a maioridade seja alcançada antes*”.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), considera-se criança “*a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade*”.

Principais dados sobre o tema em relação à migração:

- Reconhecimento geral da imprecisão de dados (invisibilização da infância migrante, especialmente na América do Sul). Razões: sigilo de informações, bancos de dados incompletos, diferenças de definição legal, variedade de critérios de classificação, falta de comunicação entre autoridades migratórias e sistemas de proteção à infância.

- Em todo o mundo, 1 de cada 8 migrantes é criança.
- 31 milhões de crianças vivem fora de seu país de nascimento, e dentre eles 11 milhões são refugiados ou solicitantes de refúgio (dentre eles 50% provenientes de Síria e Afeganistão).

- Dentre os refugiados, as crianças representam aproximadamente metade do total.
- Representação equilibrada de meninos e meninas.
- 1 a cada 70 crianças vive fora de seu país de nascimento.
- 3 de cada 5 crianças migrantes vive na Ásia ou África. Neste último continente, 1 de cada 3 migrantes é criança. Nas Américas vivem 6,3 milhões de crianças migrantes (20% do total mundial), mas 4 de cada 5 dessas crianças vivem na América do Norte (8% do total de migrantes).
- 15% dos migrantes da América do Sul são crianças, em comparação com 43% na América Central.
- Tendência: a proporção de crianças migrantes tende a ser maior em países pobres do que em países ricos.

MULHERES, CRIANÇAS, IDOSOS, PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, INDÍGENAS, POPULAÇÃO LGBTI, HISTORICAMENTE INVISIBILIZADOS E DISCRIMINADOS, NA SITUAÇÃO DE MIGRAÇÃO E REFÚGIO FICAM AINDA MAIS VULNERÁVEIS.

1 A CADA 70 CRIANÇAS NO MUNDO VIVE FORA DE SEU PAÍS DE ORIGEM, TOTALIZANDO CERCA DE 31 MILHÕES DE CRIANÇAS.

17 MILHÕES DE CRIANÇAS ESTÃO EM SITUAÇÃO DE DESLOCAMENTO INTERNO DEVIDO A CONFLITOS E VIOLÊNCIA.

10 MILHÕES SÃO REFUGIADAS.

200 MIL SÃO CRIANÇAS DESACOMPANHADAS E SEPARADAS.

(FONTE: UNICEF, 2015)

FALTA AO BRASIL ACÚMULO HISTÓRICO DOS APRENDIZADOS EM SITUAÇÕES DE CRISE, QUE PODERIAM SER TRADUZIDOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS EFICIENTES E CONSISTENTES.



Detalhe do painel de facilitação gráfica realizado para o Encontro

Razões para migração de crianças desacompanhadas:

- Fluxos migratórios mistos.
- Fuga de violência generalizada, conflitos armados e perseguições.
- Busca de oportunidades de trabalho ou educação.
- Fuga de casamentos forçados, mutilação genital, violência de gênero ou alistamento militar.
- Desestruturação ou reunificação familiar.
- Chances melhores de sucesso no controle migratório e obtenção de proteção.
- Tradição cultural de migração.
- Uso estratégico como “criança-âncora” para migração em cadeia.

Principais questões trazidas pelo painalista:

- A migração é positiva ou negativa para crianças e adolescentes?
- Migrante criança ou criança que migra?
- A criança é objeto ou sujeito da própria migração?
- Como garantir que o superior interesse da criança e as estruturas de proteção não sejam utilizadas contra a criança migrante?
- Quais ações podem ser tomadas para assegurar a proteção especial da criança em contexto de migração, com base no marco legal existente e sem discriminação?

Tema: Indígenas migrantes



Painalista: Debora Castiglione | Organização Internacional para as Migrações.

Conceito utilizado para compreensão deste grupo como sendo de atenção prioritária:

“Comunidades, pessoas e nações indígenas são aquelas que, tendo uma continuidade histórica com sociedades

anteriores à invasão e à colonização que se desenvolveram nos seus territórios, se consideram diferentes de outros setores das sociedades que hoje prevalecem nesses territórios. Elas conformam, atualmente, setores não-dominantes da

sociedade e estão determinadas a preservar, desenvolver e transmitir para as gerações futuras os seus territórios ancestrais e identidade étnica como base da sua existência enquanto povos, de acordo com seus próprios padrões culturais, instituições, e sistemas legais”. UN Special Rapporteur José Martínez Cobo (1986).

Principais dados sobre o tema em relação à migração:

“Cada vez mais os indígenas estão migrando dentro dos seus países e através de fronteiras internacionais. As razões são complexas e variadas. Alguns estão sujeitos a deslocamento ou realocação sem seu consentimento livre, prévio e informado. Outros estão escapando da violência e do conflito ou da devastação causada pela mudança climática e pela degradação ambiental. Muitos migram em busca de melhores perspectivas e emprego para si e para suas famílias”. António Guterres, Secretário Geral da ONU.

- Migrantes indígenas estão particularmente expostos a situações de vulnerabilidade, como extrema pobreza, risco ambiental, e dificuldades para conservar e exercer sua identidade e cultura.
- Mulheres e meninas indígenas experimentam taxas desproporcionalmente altas de tráfico e outras formas de violência.
- Jovens indígenas migrantes se deparam com questões complexas sobre sua identidade e valores (qual acesso possível a sua cultura no caso de uma criança que migra).
- Às vezes, a migração forçada de povos indígenas provoca a completa desintegração e desaparecimento de suas formas de vida e cultura.
- Os deslocamentos forçados de povos indígenas na América Latina merecem especial atenção.

A atualização dos dados numéricos deste tipo de migração não é feita desde 2013. O que temos, portanto, são os seguintes dados:

- 522 povos indígenas na América Latina.
- 420 idiomas: a maior diversidade de famílias linguísticas do mundo (cerca de 100 atravessam fronteiras / quechua em 6 países).

Fonte: Sichra, I. (2009). “Atlas sociolingüístico de pueblos indígenas en América Latina”.

- 83.000 migrantes internacionais indígenas registrados na América Latina e Caribe (passível de sub registro).
- 85,9% dos migrantes internacionais indígenas registrados no Brasil vivem em áreas urbanas.

Fonte: CEPAL (2013) “Os povos indígenas na América Latina”.

Os povos indígenas transfronteiriços são povos que habitam territórios atravessados pelos limites dos Estados nacionais e cuja mobilidade, ainda que cruze fronteiras internacionais, se produz dentro de áreas territoriais ancestrais, dentro das fronteiras étnicas onde estes povos exerceram e exercem o direito consuetudinário.

Apesar da migração internacional indígena ser pouco visibilizada, ela não é um fenômeno novo. Há desafios particulares na garantia dos direitos das pessoas indígenas migrantes, entre eles, o acesso à educação específica, a preservação da identidade e cultura, o acesso à justiça.

Aos indígenas migrantes são aplicáveis todos os direitos assegurados aos indígenas nacionais, tais como:

- Acesso ao subsistema de saúde indígena.
- Acesso à documentação.
- Direito à nacionalidade.
- Direito à moradia.
- Autodeterminação, autonomia e autogoverno.
- Transitar através de fronteiras.
- Estar na cidade.
- Acesso às políticas sociais destinadas aos povos indígenas.
- Educação específica.

Questões fundamentais para compreensão do tema quando se discute migração e refúgio:

Desafios na garantia de direitos dos indígenas migrantes:

- Acesso à educação específica (mesmo que sejam de grupos indígenas não atravessados pelo território brasileiro, mas os migrantes warau tem direito a essa educação, como levar a prática, temos que levar isso em consideração. lembrar de que devem ser consultados).
- Acesso à justiça.
- Documentação.
- Como pensar soluções duradouras para migrantes indígenas?

Tema: Gênero e diversidade



Painelista: Andréa Gondim | Ministério Público do Trabalho.

Conceito utilizado para compreensão deste grupo como sendo de atenção prioritária:

Gênero é o conjunto de expectativas, papéis, gestos, linguagem, roupas, profissões, posturas e comportamentos que se impõe a todas as pessoas quando

nascem, e que tem como base o sexo biológico, definindo o papel e comportamentos adequados na vida em sociedade.

Principais dados sobre o tema em relação à migração:

A SUPERPOSIÇÃO DE OPRESSÕES:

Tuila Botega afirma que não é por acaso que: *"... ser mulher, trabalhadora, estrangeira e indocumentada conjuga uma série de marcadores identitários que vinculam discriminações e condicionam o projeto migratório, incluindo o retorno, e que pressupõem o acirramento dessas condições de vulnerabilidades configurando um ciclo vicioso"*. In: Por um olhar mais humano sobre as mulheres migrantes.

Ser mulher, estrangeira e indocumentada carrega uma série de marcas que condicionam o processo de migração. Uma pessoa migrante começa muito atrás em relação a qualquer profissional brasileiro, mesmo que tenha a mesma qualificação. Precisamos partir desse pressuposto se quisermos garantir políticas adequadas e reais.

DISCRIMINAÇÃO NO TRABALHO:

Convenção n.º 111 da OIT: *"É ato discriminatório toda distinção, exclusão ou preferência fundada no sexo ou outros fatores, que tenha por efeito destruir ou alterar a igualdade em matéria de emprego ou profissão."*

Alguns exemplos de práticas discriminatórias relacionadas à dimensão de gênero são: exigência de teste de gravidez, não contratação de mulheres mães, anúncios de emprego que excluem mulheres, diferença salarial entre os gêneros e assédio sexual.

Outro gerador de desigualdade de gênero é a necessidade de compatibilização da maternidade e encargos familiares com o trabalho, levando as mulheres a permanente dupla ou tripla jornada.

DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO:

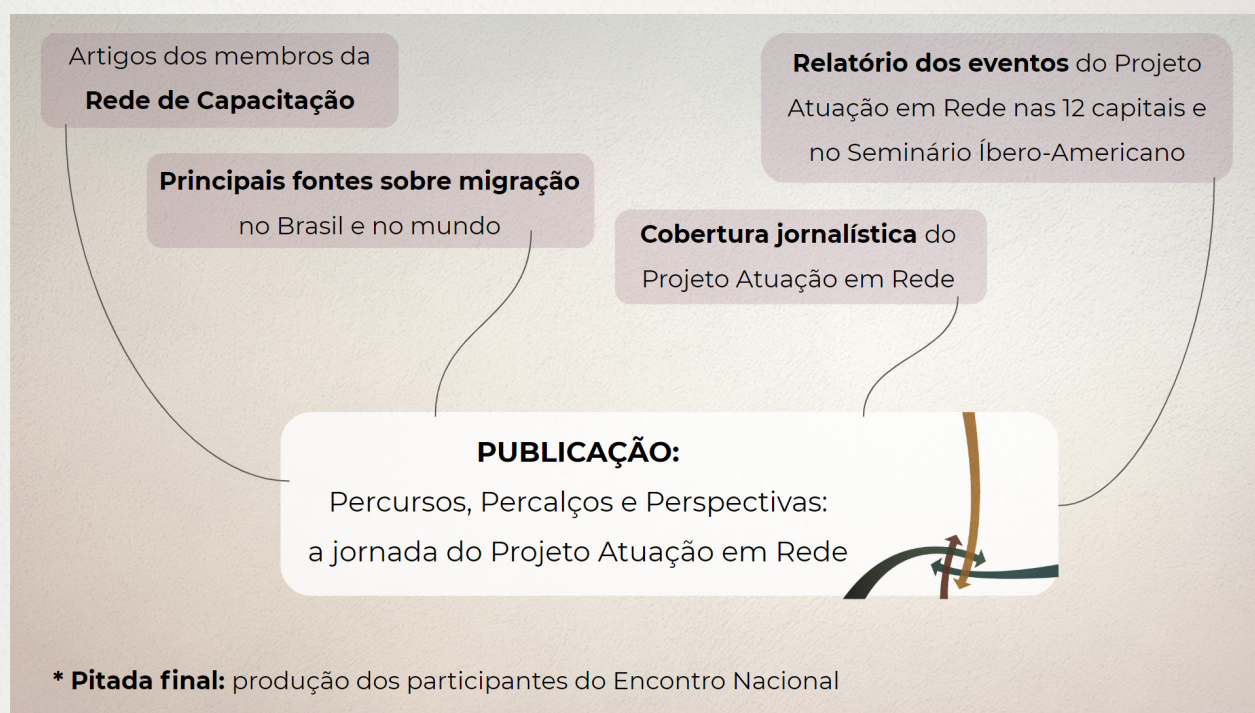
A divisão sexual do trabalho se verifica na atribuição de tarefas e lugares sociais diferentes e separados para homens e mulheres, nos quais a atividade masculina é mais valorizada socialmente e ocupa sempre um papel hierárquico superior.

Questões fundamentais para compreensão do tema quando se discute migração e refúgio:

ESTRATÉGIAS E FERRAMENTAS PARA SUPERAÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO NO TRABALHO:

- a) Educação crítica.
- b) Respeito ao direito à autonomia e à integridade do corpo da mulher.
- c) Respeito à individualidade.
- d) igualdade de remuneração e direitos no mundo do trabalho.
- e) Condições de trabalho equitativas.

5. GRUPOS TEMÁTICOS



Apresentação sobre a publicação do Projeto

"A troca de experiência foi muito importante pra efetivação da rede".

O objetivo desta atividade foi apresentar e produzir análise sobre as principais discussões realizadas no âmbito do Projeto. Para tanto, os participantes foram divididos em quatro grupos, de acordo com seu interesse na temática específica: marco legal e governança, acesso a direitos, inserção laboral e integração.

A metodologia previu um momento para leitura individual do capítulo da publicação **"Percursos, Percalços e Perspectivas: a jornada do Projeto Atuação em rede"** que trata da temática escolhida, seguido de espaço para que fossem feitas considerações sobre o conteúdo abordado, bem como sugestões de aprimoramento do texto.

Na sequência, em sub-grupos, foi entregue uma história, baseada em fatos reais, que relaciona os temas transversais com a temática específica do grupo. O objetivo desta atividade era que os participantes fizessem um estudo de caso, buscando identificar as principais questões abordadas pela história, as principais resoluções do grupo a respeito e aspectos que eventualmente permaneceram em aberto.

6. GRUPOS POR PERFIL INSTITUCIONAL

"[Que bom que] A metodologia utilizada para a integração dos participantes do evento foi bem assertiva quanto ao perfil institucional".

Novamente reunidos em grupos organizados por perfil institucional, e agora imbuídos das discussões acerca das principais temáticas abordadas ao longo do Projeto, os participantes foram convidados a preencherem individualmente um documento que visa colaborar com o processo de identificação do que, em meio a tantas necessidades, efetivamente cabe a cada perfil institucional. Após o preenchimento foram formados subgrupos para diálogo e compartilhamento sobre as questões disparadas pela atividade.

➔ Considerando a instituição onde atuo:

O QUE NOS CABE?



O QUE JÁ FAZEMOS?



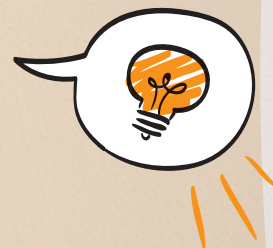
O QUE PRECISAMOS FAZER?



PONTOS DE ATENÇÃO:



INICIATIVAS INTERESSANTES:



Material entregue aos participantes para registro da atividade

7. GRUPOS DE TRABALHO - PARTE 1



Grupos de trabalho

"[Que bom que] Resultados al final, fortalecer la red, conocer diferentes realidades sobre migración".

O foco dos grupos de trabalho esteve na estruturação de estratégias de fortalecimento das redes de atenção a migrantes e refugiados.

A atividade aconteceu em quatro grupos, em uma dinâmica inspirada na metodologia *World Café*. Os participantes vivenciaram três rodadas de conversa: a primeira, para se conhecerem / reconhecerem por Estado, a segunda, para conversarem a partir da pergunta “Daqui cinco anos, qual cenário gostariam de ver no campo da migração e refúgio?” e, por fim, uma rodada para dialogarem sobre “Que ações são prioritárias para que este cenário se concretize?”.

Os grupos foram compostos de acordo com similaridades do momento vivido pelas redes locais:

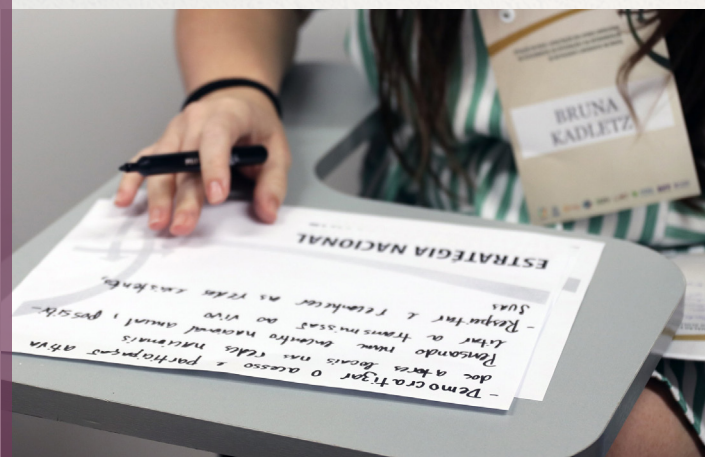
Grupo 1: Amazonas, Pará, Roraima.

Grupo 2: Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul.

Grupo 3: Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo.

Grupo 4: Ceará, Distrito Federal, Goiás, Paraíba, Pernambuco.

A partir do cenário visualizado e das ações identificadas, a mediação afixou todas as ideias à parede, agrupando as que apresentassem conteúdos similares, de modo a oferecer



Registro das estratégias nos grupos de trabalho

uma visualização coletiva das possibilidades de atuação identificadas pelo grupo. Neste momento, os participantes foram convidados a selecionar as ações estratégicas que se apresentassem mais viáveis e que disparassem vontade de criação, ou seja, que verdadeiramente os mobilizasse para estruturar próximos passos. Uma vez selecionadas, as estratégias deveriam ser debatidas e estruturadas, para apresentação na atividade seguinte.

8. INTERAÇÃO ENTRE GRUPOS DE TRABALHO



Interação entre grupos de trabalho

Uma vez construídas as estratégias nos grupos de trabalho, este momento teve como objetivo estimular que houvesse colaboração entre os diferentes grupos, visando aprimoramento das propostas apresentadas. A dinâmica foi apresentada no auditório, com todos os participantes reunidos: as estratégias construídas pelos grupos no momento anterior foram afixadas às paredes, e próximo a cada parede, havia uma mesa com post-its e canetas esferográficas. Individualmente, todos dispunham de quarenta minutos para ler com atenção as diferentes estratégias e tecer comentários sobre elas, sugerindo aprimoramentos, quando fosse necessário.

9. GRUPOS DE TRABALHO - PARTE 2



Grupos de trabalho

"[Que bom que] O encontro com atores envolvidos com o público migratório, além da organização do evento; proporcionara construção coletiva para melhor formulação de política nacional migratória e fortalecimento da rede".

Após o momento de interação entre os grupos de trabalho, os participantes retornaram às salas do dia anterior para, a partir das considerações colhidas dos demais participantes, aprimorar e consolidar as estratégias de fortalecimento das redes de atenção a migrantes e refugiados. Além disso, os grupos deveriam construir o documento final, a ser apresentado em plenária ainda na manhã do dia 22 de novembro.

Após realizarem a leitura coletiva dos comentários feitos em post-its, cada grupo qualificou a estratégia construída apontando:

Objetivos:

Ações:

Responsáveis:

Três próximos passos:

10. PLENÁRIA FINAL: PRINCIPAIS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS



Plenária final

DADOS NO BRASIL

208,4 MILHÕES DE HABITANTES (IBGE, 2018)

- MIGRANTES RESIDENTES NO PAÍS, ATÉ 2018: 1.266.753 PESSOAS.
- BRASILEIROS VIVENDO FORA DO PAÍS, ATÉ 2015: 3.083.255.

(MRE, 2015)
(FONTE: OBSERVATÓRIO DE MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS - OBMIGRA)

Solicitações de Refúgio no Brasil:

ATÉ ABRIL/2019, 170.332 PEDIDOS DE REFÚGIO AGUARDANDO DECISÕES DO CONARE

(MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, 2019).

ATÉ 2018, BRASIL RECONHECEU 11.231 REFUGIADOS DE DIFERENTES NACIONALIDADES, A MAIORIA DE NACIONALIDADE SÍRIA.

80,57% DOS REFUGIADOS QUE VIVEM NO BRASIL TÊM ENTRE 18 E 59 ANOS



Detalhe do painel de facilitação gráfica realizado para o Encontro

Reunidos novamente no auditório, os participantes finalmente chegaram ao último momento da programação do Encontro Nacional. João Akira Omoto coordenou os trabalhos e compôs uma mesa, com representantes da Rede de Capacitação a Refugiados e Migrantes e da Fundação Avina, para que ouvissem as apresentações dos resultados dos grupos de Trabalho.

Principais resultados

A seguir, apresentamos as estratégias de fortalecimento das redes de atenção a migrantes e refugiados elaboradas pelos participantes da Encontro Nacional:

Propostas do grupo de trabalho formado por participantes do Ceará, Distrito Federal, Goiás, Paraíba e Pernambuco

Categoria: Estratégia de fortalecimento de redes locais.

Objetivo:

- Fortalecer práticas de ação em redes e de processos colaborativos locais entre as organizações/instituições que atuam com migração e refúgio, tendo como um dos seus horizontes a implantação dos comitês locais de atenção a migrantes, refugiados e apátridas, por meio da realização encontros periódicos.

Ações:

- Identificar organizações e agentes que atuam com a causa, nas localidades.
- Estabelecer encontros periódicos de acordo com a realidade local.
- Estabelecer rotatividade dos anfitriões (metodologia itinerante, conforme a realidade local.
- Promover intercâmbios de experiências, formas de colaboração entre as organizações.

Responsáveis:

- Ceará: SPM (Ordem dos Frades Menores).
- Distrito Federal: Avina, Cáritas e Defensoria Pública da União.
- Goiás: Grupo Inter-religioso de Apoio aos Imigrantes em Goiás e Defensoria Pública da União.
- Paraíba: Serviço Pastoral dos Migrantes.
- Pernambuco: Cáritas Pernambuco, Escritório de Assistência à Cidadania Africana de Pernambuco, Conselho Regional de Psicologia e Defensoria Pública da União.

Categoria: Estratégia de fortalecimento de redes locais.

Título: Formação e capacitação de profissionais que atuam na área de educação.

Objetivos:

- Sensibilização continuada dos docentes das redes de ensino para lidar com estudantes migrantes.
- Capacitação continuada dos docentes para atuação, dentro de sala de aula, com crianças migrantes.

- Assegurar, na secretaria de educação do estado, a participação de representantes da sociedade civil, que trabalham com migração, inclusive com representação de migrantes.

Ações:

- Promoção de oficinas, rodas de conversa e outras metodologias ativas, para profissionais da rede de ensino, a fim de sensibilizar docentes, coordenadores e diretores das escolas e regionais de ensino, sobre barreiras linguísticas, diferenças culturais, igualdade de gênero e racial.
- Promoção de cursos, em parceria com as universidades, para capacitação dos docentes sobre processos de ensino e aprendizagem de segunda língua, assim como história e cultura dos países de origem dos migrantes, com a presença de palestrantes migrantes.

Responsáveis:

- Secretaria de Educação do Estado.

Categoria: Estratégia de fortalecimento da rede nacional.

Título: Fórum Nacional para Política Migratória Brasileira.

Objetivo:

- Discutir insumos e formular propostas para a construção de uma política migratória nacional.

Ações:

- Como consequência do Encontro Nacional da Rede de Capacitação dos atores envolvidos no acolhimento, na integração e na interiorização de refugiados e migrantes no Brasil, formar um Fórum Nacional para Política Migratória Brasileira.

Responsáveis:

- A sociedade civil e poder público.

Propostas do grupo de trabalho formado por participantes de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo

Categoria: Estratégia de fortalecimento da rede nacional.

Tema: Plataforma de compartilhamento de boas práticas

Objetivo:

- Sistematizar e divulgar as boas práticas para atendimento a migrantes já existentes em uma plataforma para organizações sociais e governos.

Ações:

- Aliar a funcionalidade de compartilhamento de boas práticas com o OKA.
- Expandir os temas para as áreas de atuação dessa Rede.
- Desenvolver um fluxo de alimentação de dados para ser compartilhado entre organizações da sociedade civil, governos e organizações internacionais.
- Incluir dados sobre a hospitalidade e sobre a capacidade de municípios receberem migrantes e mantê-los atualizados.
- Monitorar e manter atualizadas as políticas de imigração para consulta.
- Encontrar parceiros (governos ou organizações internacionais) para assumir a estrutura criada após a fase de testes.

Categoria: Estratégia de fortalecimento da rede nacional.

Título: Aliança Regional da Região Sudeste.

Objetivo:

- Criar uma Aliança Regional da Região Sudeste, a partir de discussões locais, no intuito de construir diretrizes para políticas públicas e espaços para compartilhamento de boas práticas no atendimento a migrantes.

Ações:

- Criar grupos de trabalho local para articular e organizar os encontros (reuniões, fórum ou conferência).
- Realizar fórum/conferência local para definir estratégias para regulamentação do art. 120 da Lei de Migração.
- Realizar encontro (fórum/conferência) regional para compartilhamento das discussões/propostas construídas nos âmbitos locais.

Responsáveis:

- DPU, Prefeitura de São Paulo (SMDHC e SMADS), Instituto Félix Guattari, Cáritas RJ, FICAS, Aldeias/RJ, SJMR/BH, CEDIC, Secretaria de Estado Desenvolvimento Social e Direitos Humanos/RJ, MAWON.

Propostas do grupo de trabalho formado por participantes do Amazonas, Pará e Roraima

Categoria: Estratégia de fortalecimento da rede nacional.

Título: +MIGRAÇÃO.

Objetivos:

- Fundamentar os diálogos sobre a realidade da migração.
- Dar publicidade aos aspectos positivos da migração.
- Combater as tensões sociais e xenofobia.

Descrição:

- Fomentar um estudo científico, em parceria com universidades federais, para o levantamento de dados estatísticos e qualitativos sobre o crescimento econômico e social gerado pelo fluxo migratório, de modo a formalizar todos os benefícios advindos de migração, como o aumento do PIB de Roraima, os ganhos auferidos por vários setores da economia como rede hoteleira, locação imobiliária, restaurantes, companhias aéreas, dentre outros.

Ações:

- Firmar termos de cooperação técnica entre as entidades participantes.
- Criar grupo de trabalho para a realização das ações.
- Publicar o resultado em revistas técnicas, jornais e outros.
- Divulgar as diversas etapas da estratégia.

Responsáveis:

- MPF, MPT; Universidades Federais; Organizações da Rede; FGV; Agências Internacionais (ACNUR e OIM).

Categoria: Estratégia de fortalecimento da rede local.

Título: Rede Regional Norte de Migração.

Objetivos:

- Criar uma rede regional de articulação.
- Mapear a rede de acolhimento para o fortalecimento das ações referentes à migração e especificidades de cada estado da região Norte.

Ações:

- Organizar nos estados o funcionamento da rede de atuação, com reuniões periódicas, para construção dos procedimentos operacionais padrões (POP) e o 4W (Quem faz? O quê? Quando e Onde?).
- Definir um grupo operacional regional (comitê) composto por representantes de organizações da sociedade civil, poder público, agências internacionais e representantes das populações migrantes indígenas e não-indígenas que representem o estado a nível regional.
- Viabilizar no 1º semestre de 2020 um encontro para construção do Plano Regional de Ação.
- Garantir reuniões trimestrais do grupo operacional regional para monitoramento e avaliação do Plano Regional de Ação.
- Criar um plano de comunicação nacional para divulgação dos benefícios da migração/refúgio para população da região amazônica, incluindo imprensa e redes sociais.

Responsáveis:

- ACNUR, Forças Armadas Brasileiras, MPU (MPT, MPF), MPE, DPU, Cáritas, ADRA, Fraternidade Internacional - FFHI, Estados e Municípios por meio de suas secretarias.

Categoria: Estratégia de fortalecimento da rede nacional.

Título: Seminário Nacional: Fluxos Migratórios na Amazônia e atuação em rede.

Objetivos:

- Apresentar para os atores da Amazônia e de outras regiões do Brasil a realidade e os desafios migratórios da região, bem como os benefícios que a migração traz.
- Atingir o seguinte público: Órgãos federais, estaduais e municipais; Sociedade civil organizada; migrantes e organismos internacionais.

Descrição:

- Realizar um seminário nacional anual de boas práticas e benefícios para as comunidades de acolhida em relação às políticas de acolhimentos a migrantes e refugiados na região Amazônica com a primeira edição em 2020.

Ações:

- Fazer o seminário em cidades amazônicas diferentes.

- Produzir e publicar um relatório, ao final de cada seminário, com um resumo do que foi discutido, as conclusões a respeito com o objetivo de subsidiar o Plano Regional de Ação.
- Organizar, como atividades do seminário, espaços de fala para os migrantes, em locais escolhidos por eles (ex: abrigos, espaços culturais).

Responsáveis:

- Grupo Operacional Regional - MPU, DPU, Agências da ONU, etc, que atuam localmente.
- Atores locais (sociedade civil, universidades etc).
- Atores da Rede de Capacitação a Refugiados e Migrantes.

Propostas do grupo de trabalho formado por participantes de Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina

Categoria: Estratégia de fortalecimento da rede nacional.

Título: Encontro Nacional Permanente da Rede Migratória.

Objetivos:

- Proporcionar o compartilhamento de boas práticas, fortalecendo, ampliando a rede.
- Melhorar a qualidade do atendimento ao migrante.

Ações:

- Realizar encontro anual voltado para temática migratória com os atores envolvidos.
- Disponibilizar vídeos institucionais de cada participante com as principais atividades desenvolvidas.
- Capacitação para ações emergenciais especialmente nos estados emissores e receptores da operação acolhida.
- Capacitação dos atores que trabalham com acolhimento para informar os migrantes e refugiados sobre seus direitos.
- Capacitação sobre especificidades dos migrantes e refugiados indígenas.
- Capacitação sobre gênero, saúde da mulher e crianças em migração e refúgio.
- Ampliar a participação de outros estados e entidades no evento, incluindo comitês municipais e estaduais.
- Fomentar a criação de política pública migratória nacional.
- Criação de um documento com compromisso de cada entidade com as sugestões e propostas apresentadas.

Responsáveis:

- Atores da sociedade civil organizada, migrantes, poder público e organizações internacionais.
- Todas as instituições apoiadoras do primeiro encontro nacional.
- Novas instituições parceiras.

Categoria: Estratégia de fortalecimento da rede local.

Título: Criação e Fortalecimento de Espaços de Participação.

Objetivos:

- Implementar comitês locais e/ou regionais e conselhos de direitos com objetivo de formular de forma democrática políticas públicas de atenção aos migrantes, refugiados e apátridas.

Ações:

- Articular e mobilizar a rede local (instituições do poder executivo, sociedade civil, poder legislativo e sistema de justiça) de atenção aos migrantes, refugiados e apátridas;
- Propor ao poder executivo a institucionalização do comitê e conselhos de direitos através de atos normativos (por exemplos, leis, decretos, portarias ou resoluções); Esse comitê ou conselho de direitos deve ser caráter deliberativo, com eleição/seleção democrática, paritário entre representantes governamentais e da sociedade civil, garantindo a participação de migrantes, refugiados e apátridas. As reuniões devem ser descentralizadas quando couber, reconhecendo e valorizando as especificidades e potencialidades locais e democratizar o acesso e participação ativa dos atores locais, utilizando, quando possível, ferramentas tecnológicas;
- Propor cursos de formação para os membros do conselho sobre a temática, função do membro ou conselheiro e procedimentos internos.

Responsáveis:

- Participantes do Encontro Nacional "Atuação em rede: capacitação dos atores envolvidos no acolhimento, na integração e na interiorização de refugiados e migrantes no Brasil" devem provocar as respectivas redes.

Categoria: Estratégia de fortalecimento da rede nacional.

Título: Implementação de Política Nacional Migratória.

Objetivo:

- Implementar Política Nacional Migratória, partindo das perspectivas das Políticas Municipais e Estaduais.

Ações:

- Reuniões intersetoriais nos municípios com proposta de Política Municipal.

- Reunião intersetorial estadual, reunindo as demandas municipais.
- Reunião intersetorial com o resultado estaduais para a criação da Política Nacional Migratória.
- Criar um portal (site) para as associações de migrantes a se organizarem para participar ativamente na construção da Política Nacional Migratória.

Responsáveis:

- Instituições que trabalham com a migração nos municípios (Sociedade Civil, Fóruns, Comitês Municipais).
- Comitês Estaduais (Ex: Cerma, Comirat, Conselhos, Fóruns).

Categoria: Estratégia de fortalecimento da rede local.

Título: #MultiFormações.

Objetivo:

- Humanizar, por meio da sensibilização dos atores, a recepção, o acolhimento, o atendimento e a integração de migrantes internacionais através da capacitação dos três setores (poder público, setor privado e OSC's).

Ações:

- Capacitação em conceitos e legislação sobre migração e refúgio para servidores públicos e profissionais que trabalham com acolhimento ministrados por organizações internacionais, universidades, Defensorias Públicas e Ministérios Públicos;
- Capacitação em metodologias de acolhimento ministradas por OSCs de acolhimento;
- Capacitação em apoio psicossocial para migrantes e refugiados ministradas por Cruz Vermelha, OMS, OIM, servidores públicos locais e núcleos de psicologia de universidades;
- Cursos de idiomas nativos dos refugiados e migrantes para quem acolhe: cursos remunerados para professores migrantes ensinarem seus idiomas nativos (presenciais e nas cidades de acolhida);
- Capacitações específicas: acesso à saúde, acesso à educação, acesso à justiça, acesso ao trabalho e pedagogia de emergência para sujeitos / atores que trabalham com o acolhimento ministradas por atores que trabalham com a temática;

- Capacitação de atores que trabalham com acolhimento para informar refugiados e migrantes sobre seus direitos constitucionais e direitos humanos;
- Capacitação sobre especificidades dos migrantes e refugiados indígenas;
- Capacitação sobre gênero em migração e refúgio (especificidades): saúde da mulher.

Responsáveis:

- Cruz Vermelha Brasileira (Filiais); SENDAS; Polícia Federal; Ministério Público Federal; Ministérios Públicos Estaduais; Cáritas; Pastorais do Migrante; Redes e Associações Locais de Migrantes; Rede Nacional de Adolescentes e Jovens vivendo com HIV e AIDS; Defensorias Públicas (DPU/DPE); Organizações Internacionais; OIM; ACNUR.



Plenária final

Após a apresentação das estratégias construídas pelos grupos de trabalho, passou-se a palavra para a mesa, composta por representantes da Rede de Capacitação a Refugiados e Migrantes, para considerações finais. De maneira geral, os destaques referiram-se à qualidade das estratégias construídas nos grupos de trabalho, sobretudo no que diz respeito ao engajamento e compromisso dos participantes em

seguir atuando de maneira articulada na temática da migração e do refúgio. Destacou-se, também, o caráter regional das propostas, e o fato de todas, de alguma maneira, apontarem uma preocupação com a ausência de uma Política Nacional.

Rogenir Almeida, da Fundação Avina, disse que, *“em mais de trinta anos participando de eventos de direitos humanos, sempre foi muito difícil ver um evento que saia com propostas palpáveis, concretas, elaboradas de acordo com a nossa governabilidade, como foi o resultado produzido durante este encontro”*. Cyntia Sampaio, da OIT, por sua vez, atentou para que os grupos, quando da execução dos acordos firmados, levem em conta os aprendizados de outros fluxos migratórios, como o fluxo haitiano, boliviano, paraguaio, entre outros. *“Somos migrantes, fomos migrantes e seremos migrantes: essa é uma perspectiva fundamental para tratar o tema. Por isso, em todo evento migratório é fundamental ter a presença desses sujeitos, os migrantes”*.

Federico Martinez, representante do ACNUR conclui afirmando que *“O futuro de proteção dos migrantes descansa sobre a articulação das redes locais”*. Diz ainda que *“o ACNUR*

se oferece para seguir fortalecendo o trabalho em rede e se coloca à disposição para parcerias com as redes já existentes”.

Após a manifestação dos representantes da Rede de Capacitação, abriu-se a palavra para que os participantes fizessem suas considerações finais. De maneira geral, as considerações trataram:

- do reconhecimento do papel desempenhado pela Escola Superior do Ministério Público da União no desenvolvimento do Projeto Atuação em rede.
- do reconhecimento de que o Projeto Atuação em rede demonstra não estar preocupado apenas com a população migrante e refugiada, mas também com os trabalhadores que atuam diuturnamente nessa questão.
- da necessidade urgente de regulamentação do artigo 120 da Lei de Migração.
- do reconhecimento, por migrantes e refugiados participantes do encontro, do trabalho prestado pela sociedade civil brasileira a esta população.
- do reconhecimento da potência de reunir atores tão diversos, em um evento qualificado.
- da preocupação com a situação dos haitianos, uma vez que o vencimento do decreto que trata da Acolhida Humanitária representa uma ameaça a esta população.
- da observação de que, quando o fluxo venezuelano começou, eram cinco as entidades que tentavam entender o que acontecia e se organizavam para atuar. Atualmente já são mais de 100 entidades envolvidas, e isso só demonstra que “juntos somos mais fortes”.

João Akira Omoto, diretor da Escola Superior do Ministério Público da União e representante da Rede de Capacitação a Refugiados e Migrantes, reconhece a qualidade das estratégias construídas pelos grupos de trabalho. Anuncia, também, uma atividade da ESMPU, no âmbito do Projeto Atuação em rede, que discutirá especificamente a “Acolhida Humanitária - Perspectivas e Desafios à luz da Lei de Migração (Lei nº 13.445/17)”, no próximo dia 17 de dezembro, em São Paulo.

Finalizou agradecendo, mais uma vez, as entidades da Rede de Capacitação e a Fundação Avina, e afirmou que esta foi a experiência mais rica que vivenciou como Procurador da República.

11. AVALIAÇÃO DOS PARTICIPANTES



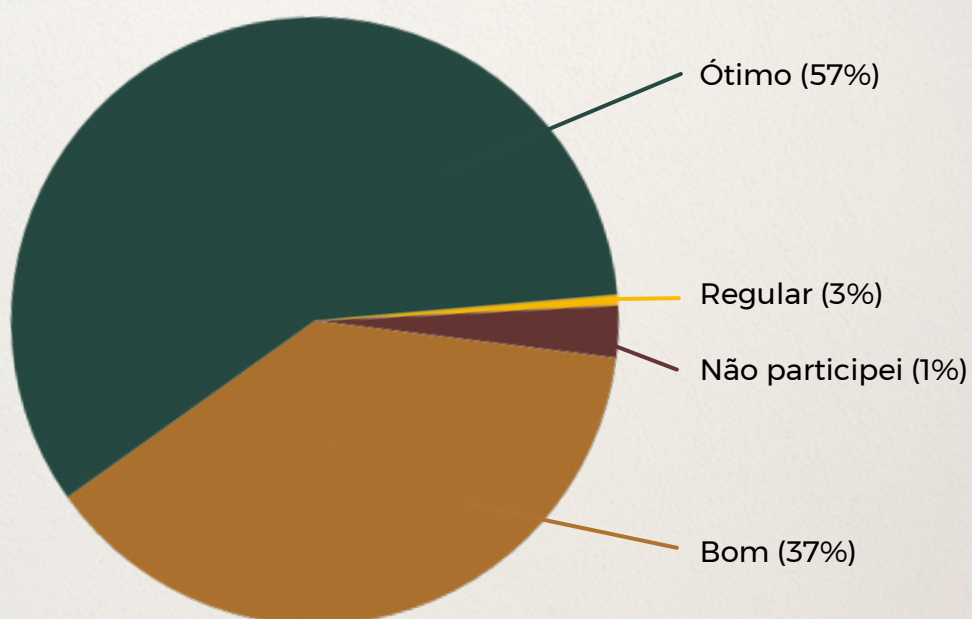
Encerramento do Encontro Nacional

Abaixo, apresentamos os principais aspectos de avaliação apontado pelos participantes em formulário anônimo, e também algumas falas significativas:

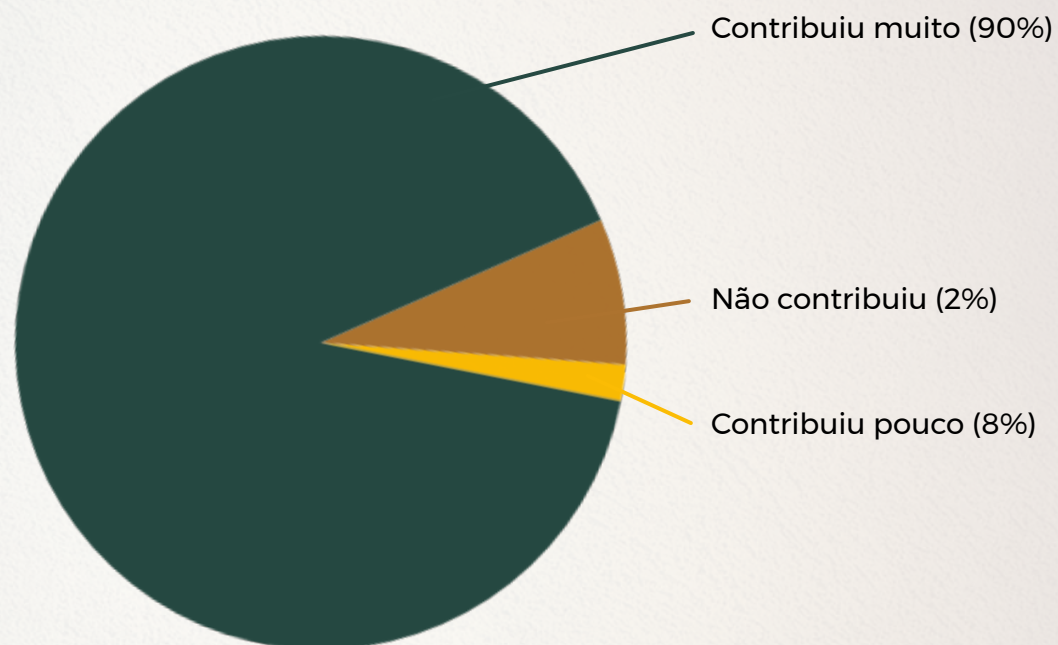
Perguntas abertas

Total de respondentes: 57 pessoas

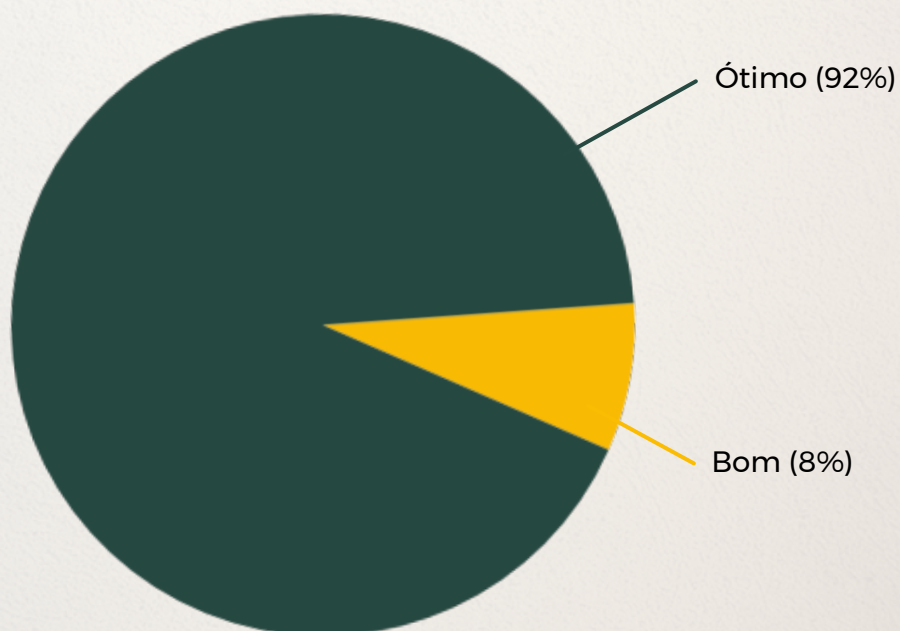
Avaliação de todas as atividades



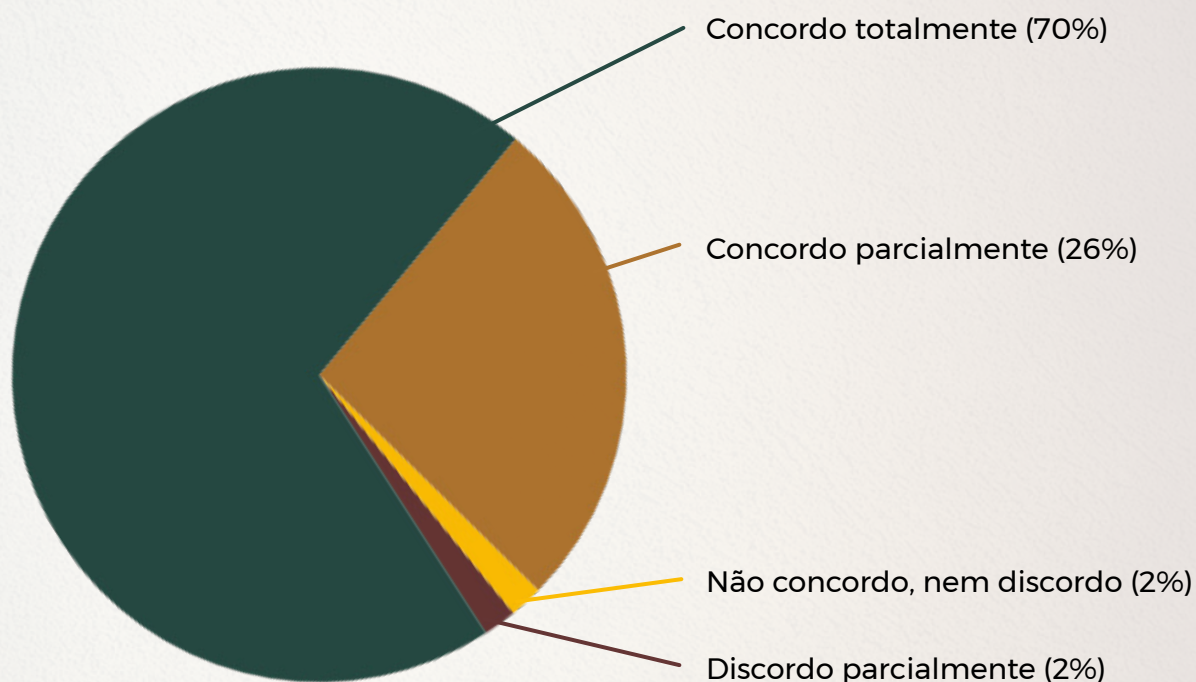
Você acredita que o Encontro Nacional contribuiu para que sua atuação seja mais estratégica?



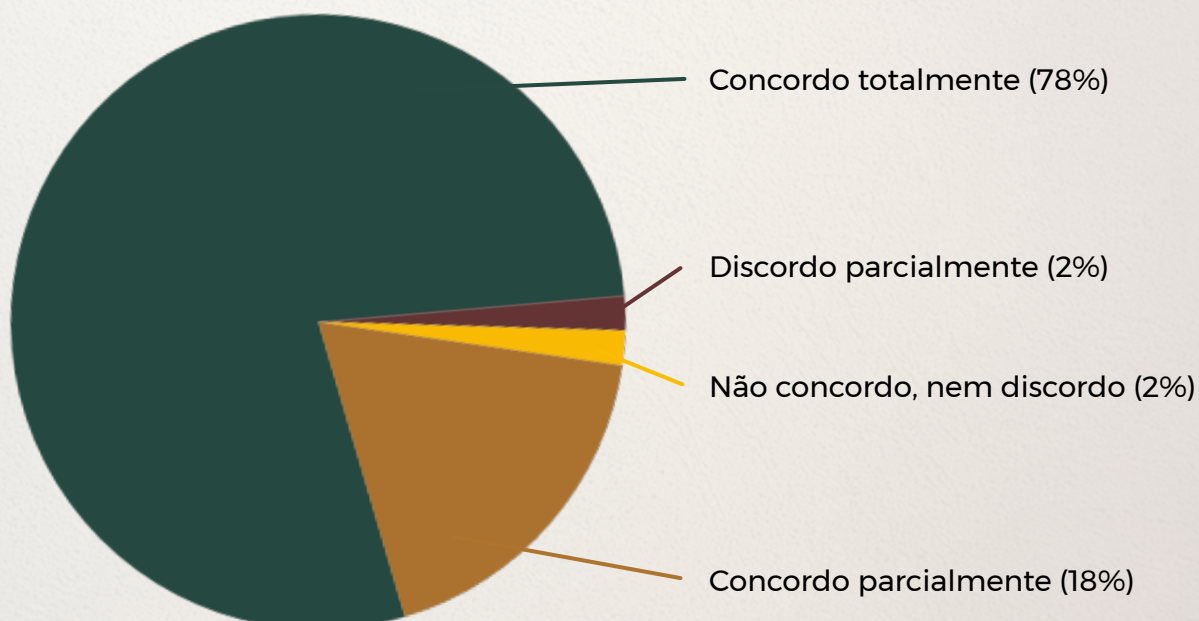
Infraestrutura do encontro



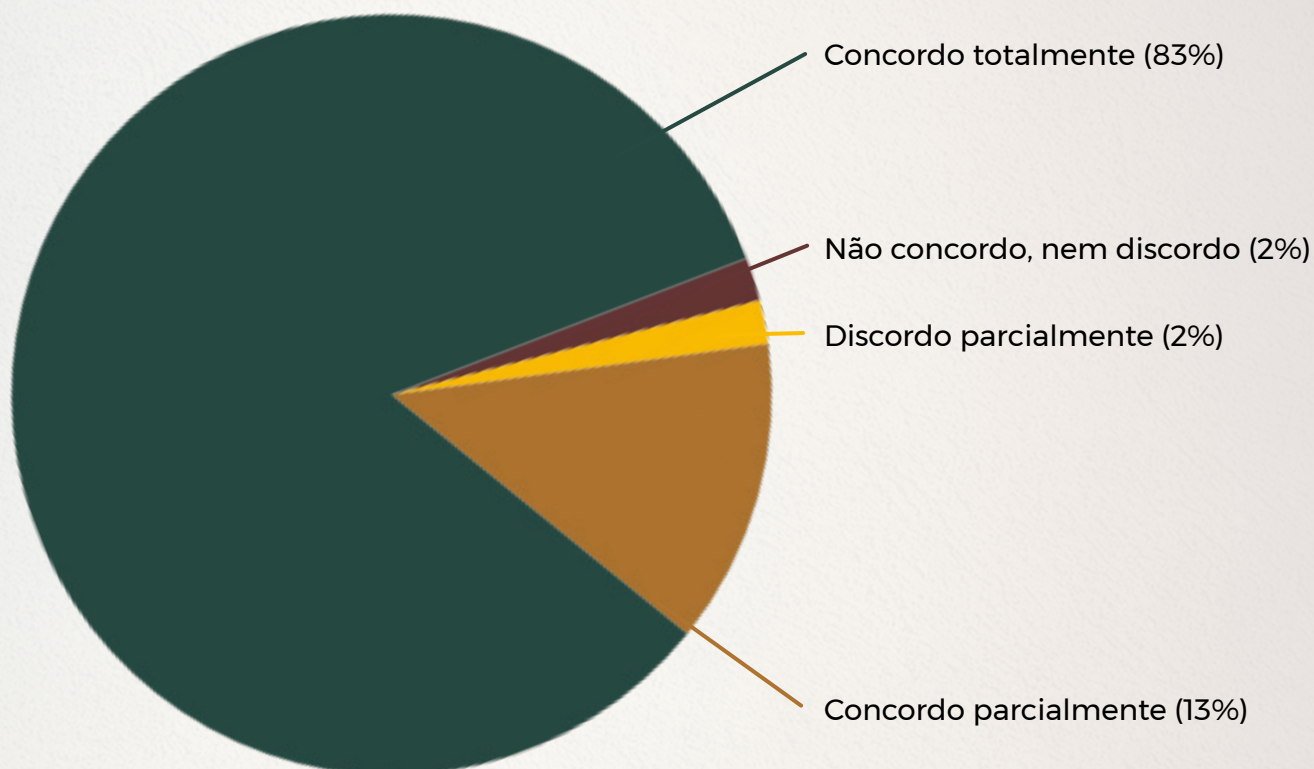
As metodologias do encontro foram adequadas para os objetivos de cada momento?



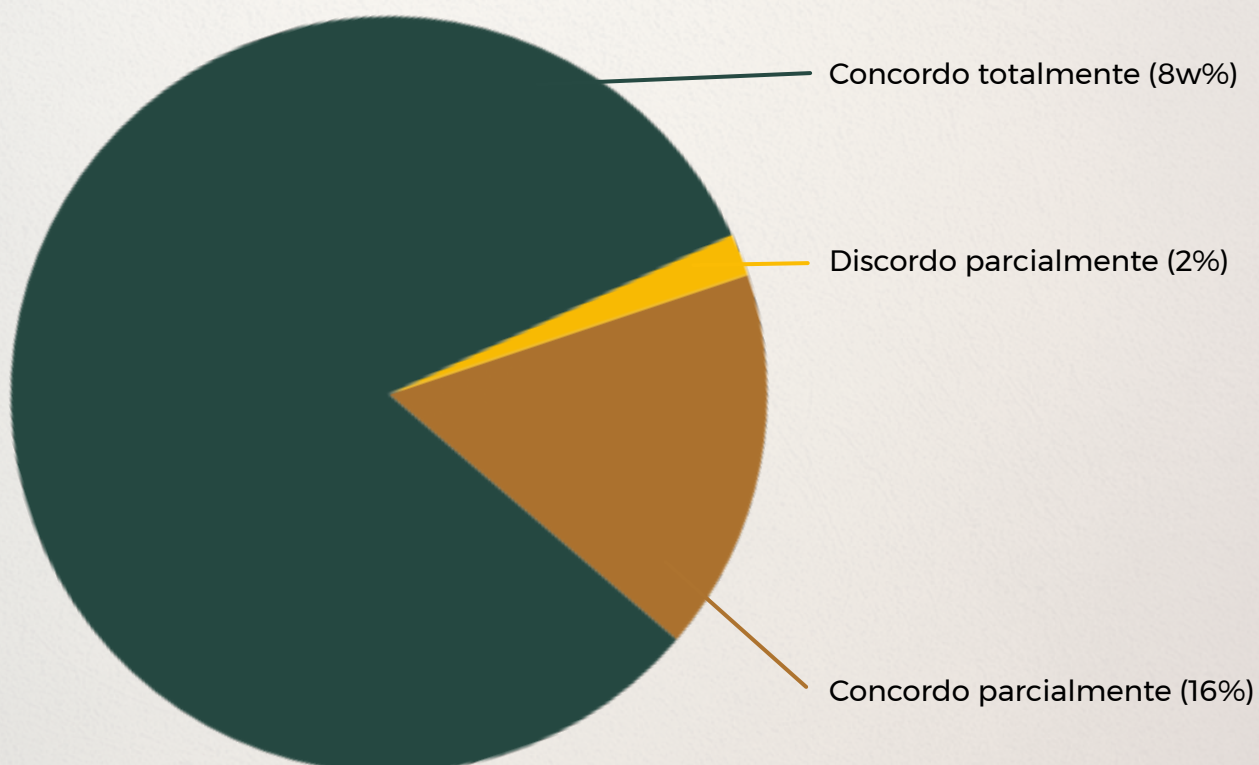
Os conteúdos apresentados foram relevantes para a sua atuação no campo da migração e do refúgio?



Os momentos de interação entre os participantes favoreceram a criação de novas redes de contato?



O Encontro Nacional trouxe novas ideias para a sua prática no campo da migração e do refúgio?



Que bom que...

"Houve o encontro, eficiente e eficaz".

"O processo metodológico foi inspirador".

"Pudemos trocar muitos conhecimentos e contatos".

"Pluralidade de ideias entre os participantes; Atividades coletivas muito bem elaboradas".

"Formação da rede, network".

"Estamos juntos!".

"Encontro com os diferentes sujeitos e agentes no processo de migração".

"A diversidade dos participantes, a participação de migrantes, a excelente metodologia".

"A diversidade de entidades e de representação de migrantes, a organização do evento: horários, infraestrutura, comunicação (oral, informações, digital), alimentação".

"Teve diversidade, pluralidade, representatividade".

"Participaram migrantes e refugiados; que bom que pudemos fazer estratégias com nossas ideias".

"Foi muito bom, onde a gente tiver oportunidade para desenvolver a sua experiência e sua capacidade, a gente multiplica o seu conhecimento e promete a ser um multiplicador de tudo o que a gente aprendeu nesse seminário".

"Grande quantidade de informações, boa sistematização de ideias, boa organização do evento".

"Formação de rodas, contatos, experiências".

"Tivemos diversos momentos de interação que permitiram aprimorar a colaboração e pensar novas alternativas".

"Conhecimento de casos em outros contextos, compartilhamento de experiências boas e desafios, não se sentindo sozinho".

"Tudo muito bom!".

"Resultados al final, fortalecer la red, conocer diferentes realidades sobre migración".

"Pudemos trocar realidades de diferentes estados".

"- efetivação da red, local e nacional, reconocimiento de nuevas ideas, criação de una Red Nacional de Psicología ".

"Trocas das ideias, propostas".

"compartilhamento de experiências, busca de estratégias que se tornem efetivas"

"O encontro com atores envolvidos com o público migratório, além da organização do evento, proporcionar a construção coletiva para melhor formulação de política nacional migratória e fortalecimento da rede".

"Diversidade de participantes, presença de migrantes, metodologia, tempo bem aproveitado".

"A unidade, contato com outras experiências".

"O evento contribuiu muito em especial para perceber a conjuntura nacional, troca de experiências e para construção de rede de comunicação e apoio para atuação em nível local".

"Podemos participar do encontro nacional, como financiamento e assim viabilizando o encontro - agradeço a atenção, apoio e escolha!".

"Podemos saber sobre a Pauta Global, ampliando a nossa perspectiva para a conjuntura internacional com o fenômeno da imigração - fazemos parte do todo".

"Podemos perceber que a nossa atuação local está alinhada às demais ações locais de outros estados, cidades e outros contextos migratórios, e que essa união de ações e forças faz a diferença".

"Pude ter esse momento rico".

"Pode-se compartilhar das experiências vividas no atendimento de migrantes em realidades e momentos distintos, de acordo com o perfil institucional e geograficamente".

"Foram representantes de vários lugares do Brasil".

"A metodologia foi excelente".

"Conseguimos conhecer pessoas incríveis e trabalhos maravilhosos desenvolvidos em vários cantos do país. Também temos os mesmos obstáculos enfrentados em diferentes locais, bem como algumas soluções pontuais que podem e devem ser ampliadas. O encontro bem organizado".

"A troca de experiência foi muito importante pra efetivação da rede".

“Possibilitar uma rica troca de informações e contatos com atores que atuam no tema da migração no País”.

“A metodologia utilizada para a integração dos participantes do evento foi bem assertiva quanto ao perfil institucional”.

“Tive a oportunidade de conhecer pessoas de outras áreas e diferentes atuações sociais que estão desenvolvendo trabalhos voltados para a imigração”.

Que pena que...

“Não consigo levantar pontos negativos”.

“Não houve participação da FAB”.

“Compareceram poucos representantes do poder público”.

“Pena que nem todos que conheço estavam aqui, principalmente alguns dos venezuelanos e haitianos que conheço aqui no DF”.

“O horário estendido do 2º dia. Foi cansativo!”.

“O tempo da apresentação dos painéis dos temas transversais”.

“O tempo, em alguns momentos, foi corrido”.

“Não compartilhos com (?) perfil institucional”.

“ZERO PROTAGONISMO dado aos emigrantes na condução das atividades, num momento em que já se sabe que existem vários muito bem preparados e competentes. A falta de representatividade racial de negros na organização”.

“Pouca representatividade nas mesas”.

“A metodologia deixou a desejar em dois momentos: nos grupos temáticos, no dia 21, pela manhã, e na plenária. O texto apresentado no GT de integração local foi focado apenas nas falas de convidados e não parece ter incorporado as sugestões dos envolvidos regionais (somente em listas). A plenária final dedicou pouco tempo para as apresentações”.

“Tem professoral de organizadores diante de pessoas com vasta experiência no tema e na atuação em rede; Subrepresentação de estados/municípios periféricos, mas com maior presença de migrantes em favor de representantes de capitais e grandes cidades, mesmo não havendo grande número de migrantes nas mesmas”.

“Não foram discutidas as questões de refúgio forçado: diásporas por perseguições religiosas”.

"Un espacio directamente para migrantes, por ejemplo, una mesa redonda solo de migrantes. Una hora cultural".

“Não tinha a indicação dos estados e instituições nos crachás”.

“Alguns mediadores de grupo foram desorganizados.”

"Não abarcou todos os temas transversais; Nem todos os principais articuladores dos estados participaram; Falta de participação dos gestores públicos".

“Articulação de atores envolvidos com a política de saúde”.

“O evento deveria ser realizado (ao menos em alguns dias) no período noturno para a participação dos migrantes que trabalham”.

“Representatividade de migrantes”.

"O tempo é curto, pois precisaríamos de mais formação sobre os temas. É fortalecendo a atuação dos atores locais que fortaleceremos o atendimento aos migrantes solicitantes de refúgio, refugiados e apátridas, dada a complexidade do tema e as várias áreas e questões que a migração tange".

“O tempo foi pouco”.

“O encontro teve pouca participação ministerial pois houve a lacuna de possibilidades de articulação a nível federal com o executivo para proposição de planos de trabalho”.

“As pessoas do grupo misturam outros "assuntos" ao em vez de focar no assunto principal para elaborar estratégias”.

“Às vezes o tempo pareceu pequeno”.

“Infelizmente, não teve como conhecer cada instituição e parceiros da rede, apenas aqueles em que a formatação e divisão do encontro nos permitiu. Se houvesse um pouco mais de tempo, talvez pudéssemos ter tido uma maior interação. Aliás, a avaliação é bem melhor online porque não havia tempo hábil para preencher no último dia e refletir sobre tudo com calma para dar um feedback mais completo”.

“Não tiveram cuidado de economizar em quantidade de quartos (cada quarto tinha três quartos para um participante só) e aí dava para reservar por um dia a mais o pessoal descansar o dia da chegada o dia da partida um pouco mais no hotel. foi muito cansativo essa parte da dinâmica, de resto todo foi ótimo”.

“Não foi possível ficar mais tempo aprendendo com todos”.

“A distribuição entre as regiões não foi tão assertiva, pois acho que poderia ter tido um momento em que os estados pudessem ter sido mais mesclados e divididos, para que houvesse uma maior integração nacional. Senti que da forma como foram divididos os grupos de trabalho por estados, conseguimos pensar nas demandas locais e pensar em estratégias regionais de integração. Já a integração nacional ficou sendo visibilizada por aspectos mais gerais como a integração dos dados sobre migração e refúgio”.

“Separaram os grupos por áreas de estudo e atuação. Uma vez que tinha diversidade, também houve segregação. Por exemplo, quem era das universidades ficava só com quem era das universidades”.

Que tal se...

“Senti falta de um intérprete em libras!”.

“Dar seguimento aos encaminhamentos e sugestões dos grupos”.

“Financiar mais participantes para as atividades”.

“Repetição do projeto”.

“Replicássemos nas regiões”.

“Participação de migrantes locais onde o evento está acontecendo”.

“Ter maior número de representantes da academia (universidades) e da Cátedra Sérgio Vieira de Melo”.

“Que a hospedagem seja mais barata, que garantias sejam asseguradas como: almoço”.

“Os documentos utilizados e trabalhados poderiam ter sido disponibilizados previamente, ou ter tido mais tempo para leitura durante as atividades”.

“Uma visita na cidade”.

“Esse encontro se repetisse todos os anos”.

“Manutenção do projeto”.

“Buscando aperfeiçoar em função dessa metodologia muito democrática”.

“- O estudo de caso seja melhor integrado às atividades. Senti que não foi útil. Que as discussões dos GTs e contribuições pro texto sejam registradas (não houve relatório ou gravação desse momento)”.

“Fosse em cidades periféricas com grande concentração de migrantes. Se os participantes fossem convidados a apresentar suas experiências, contribuindo para o aprendizado e conhecimento de todos”.

“Tivesse presença de atores envolvidos na prevenção e acolhimento aos apátridas, perseguidos, expulsos por causas religiosas. POR FAVOR!”.

“Creo que lo coloqué arriba. Por lo demás, solo felicitar, atendimento 100%, acolhimento 100%, metodologia 100%. Parabéns”.

“Acredito que o evento poderia durar 2 dias para ser mais tranquila a ausência no local de trabalho”

“Continuar vários encontros nacionais migratórios; motivação das ONGs - imigrantes - autoridade - atores”.

“Que tenha uma abrangência maior e se torne efetivo”.

“Um bloco (roda de conversa) para discussão de projetos implementados em vários estados que renderam resultados positivos”.

“Mais migrantes participarem ativamente nas redes”.

“- se pudesse continuar essa articulação, os encontros para a construção e consolidação da política pública migratória no âmbito municipal, estadual e federal. Rede de contato for compartilhada. Materiais fossem compartilhados. Sugestões fossem compartilhadas”.

“Ampliássemos o encontro para os estados”.

“Tivéssemos um treinamento mais direcionado aos atores do atendimento sobre a legislação: Leis, Decretos, Portarias, Resoluções CNIG e Resoluções CONARE”.

“Manter a rede como forma de está capacitando no tema!!”.

“Seria interessante ter um vídeo institucional de cada entidade participante mostrando o serviço prestado, dificuldades e soluções encontradas. Assim conheceríamos cada participante e procuraríamos aqueles que possuem maior afinidade ou que seja mais interessante para a expansão do serviço já prestado. Sinto falta de uma sistematização das práticas em uma apostila sugestiva de acolhimento. Por exemplo, que seja introduzida as funções de cada ente público no acolhimento e integração do migrante, com legislações de apoio para facilitar o acesso a determinados serviços como saúde, educação e trabalho. Serviria tanto para os novos voluntários quanto para os migrantes”.

“O projeto deve continuar assim para integrar os imigrantes na sociedade”.

“Pode encaminhar com antecipação algumas metodologia para aporte por regiões, e todos e aí todos chegamos com uma apresentação do estado na área de migração”.

“Outras instituições fossem convidadas”.

“Seria interessante que os estados pudessem ser mais divididos, por exemplo: Sudeste com norte e/ou centro - oeste; nordeste com sul e/ou centro-oeste, para um momento de compartilhar iniciativas e assim cada os estados estarem mais integrados em uma visão geral e nacional do tema”.

“Houvesse uma maior inclusão entre os profissionais, pesquisadores e sociedade civil?”.



entremeios.me
contato@entremeios.me



somellopro@gmail.com